SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES 6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 10

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 11
1. CONTEXTO OPERACIONAL 11
2. BASE DE PREPARAÇÃO 11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO 14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 15
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA 16
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS 16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 17
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 19
10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) 19
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO 20
12. INVESTIMENTOS 22
13. IMOBILIZADO 30
14. INTANGÍVEL 34
15. FORNECEDORES 35
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 35
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 36
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS 40
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 40
20. PROVISÕES 41
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 50
22. RECEITA 51
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 55
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 60
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 61
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 64
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO 72
28. SEGMENTOS OPERACIONAIS 73
29. EVENTOS SUBSEQUENTES 76

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO 78

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES 96

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 107

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.326.744	2.201.827	289.367	286.183
Títulos e Valores Mobiliários	5	987.660	933.571	390.585	163.591
Consumidores e Revendedores	6	1.878.420	1.911.731	-	-
Concessionários de Transportes de Energia	6	243.915	240.520	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	11	4.582	2.254	-	-
Tributos Compensáveis	7	193.500	481.544	4.828	4.817
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	155.977	248.615	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		-	42.617	-	-
Dividendos a Receber		116.514	17.086	695.677	1.202.165
Estoques		34.238	37.726	10	12
Repasses de Recursos da Conta de Desenv. Econômico (CDE)	10	681.943	174.613	-	-
Outros Créditos		443.296	376.679	13.081	10.689
TOTAL DO CIRCULANTE		**6.066.789**	**6.668.783**	**1.393.548**	**1.667.457**
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	5	14.148	89.723	4.595	16.534
Consumidores e Revendedores	6	209.057	180.307	-	-
Concessionários de Transportes de Energia	6	6.787	8.288	-	-
Tributos Compensáveis	7	379.273	382.075	6.553	6.553
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	147.382	177.499	147.382	177.499
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.430.723	1.220.896	338.411	322.372
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.234.014	1.180.274	151.027	147.839
Outros Créditos		149.331	83.369	7.406	25.741
Ativo Financeiro da Concessão	11	6.492.066	5.840.683	-	-
Investimentos	12	8.535.524	6.160.800	11.209.862	11.764.443
Imobilizado	13	5.640.273	5.817.455	1.153	1.313
Intangível	14	1.629.056	2.003.990	552	753
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**25.867.634**	**23.145.359**	**11.866.941**	**12.463.047**
TOTAL DO ATIVO		**31.934.423**	**29.814.142**	**13.260.489**	**14.130.504**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	1.534.932	1.066.358	6.340	15.325
Encargos Regulatórios	18	130.100	153.437	-	-
Participações nos Lucros		173.845	124.930	14.699	10.820
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	470.523	498.553	20.637	66.879
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	28.170	34.899	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		46.282	1.107.664	46.282	1.107.664
Empréstimos e Financiamentos	17	3.924.358	1.056.225	-	-
Debêntures	17	773.483	1.181.541	-	-
Salários e Contribuições Sociais		196.305	185.693	8.799	9.957
Obrigações Pós-emprego	19	149.331	138.076	8.043	7.759
Concessões a Pagar		21.258	20.400	-	-
Outras Obrigações		357.540	353.865	15.270	30.834
TOTAL DO CIRCULANTE		**7.806.127**	**5.921.641**	**120.070**	**1.249.238**
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	18	220.280	193.025	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	2.088.656	2.379.259	-	-
Debêntures	17	5.019.226	4.840.339	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	672.109	705.497	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	237.746	255.813	-	-
Provisões	20	307.695	306.385	61.250	67.714
Concessões a Pagar		153.564	151.995	-	-
Obrigações Pós-emprego	19	2.392.404	2.310.652	121.847	117.558
Outras Obrigações		133.452	111.179	54.158	57.637
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**11.225.132**	**11.254.144**	**237.255**	**242.909**
TOTAL DO PASSIVO		**19.031.259**	**17.175.785**	**357.325**	**1.492.147**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.733	1.924.503	1.924.733
Reservas de Lucros		2.081.355	3.839.882	2.081.355	3.839.882
Ajustes de Avaliação Patrimonial		533.021	579.534	533.021	579.534
Lucros Acumulados		2.070.077	-	2.070.077	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.903.164**	**12.638.357**	**12.903.164**	**12.638.357**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**31.934.423**	**29.814.142**	**13.260.489**	**14.130.504**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
RECEITA LÍQUIDA	22	**13.330.419**	**10.662.480**	**241**	**241**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.281.905)	(3.727.564)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(536.171)	(396.275)	-	-
		(5.818.076)	(4.123.839)	-	-
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	23				
Pessoal e Administradores		(720.521)	(726.264)	-	-
Materiais		(244.119)	(86.172)	-	-
Serviços de Terceiros		(526.270)	(472.016)	-	-
Depreciação e Amortização		(571.346)	(546.163)	-	-
Provisões Operacionais		(51.850)	(96.904)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(94.860)	(93.996)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(594.111)	(697.654)	-	-
Outras		(134.770)	(129.684)	-	-
		(2.937.847)	(2.848.853)	-	-
CUSTO TOTAL		**(8.755.923)**	**(6.972.692)**	**-**	**-**
LUCRO BRUTO		**4.574.496**	**3.689.788**	**241**	**241**
DESPESAS OPERACIONAIS	23				
Despesas com Vendas		(89.457)	(50.039)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(419.172)	(560.769)	(40.586)	(45.462)
Outras Despesas Operacionais		(488.700)	(323.932)	(45.484)	(51.131)
		(997.329)	(934.740)	(86.070)	(96.593)
Resultado de Equivalência Patrimonial		33.873	599.688	2.042.189	2.104.917
Ganho na Alienação de Investimento		-	284.298	-	378.378
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento		-	(80.959)	-	(80.959)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		**3.611.040**	**3.558.075**	**1.956.360**	**2.305.984**
Receitas Financeiras	24	422.183	430.251	51.745	111.884
Despesas Financeiras	24	(1.010.344)	(864.688)	(4.125)	(25.372)
Resultado antes dos Impostos		**3.022.879**	**3.123.638**	**2.003.980**	**2.392.496**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8c	(1.209.356)	(825.680)	-	(82.918)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	206.496	(26.532)	16.039	(38.152)
RESULTADO DO PERÍODO		**2.020.019**	**2.271.426**	**2.020.019**	**2.271.426**
		-		-	
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21	**1,60**	**1,80**	**1,60**	**1,80**
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21	**1,60**	**1,80**	**1,60**	**1,80**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
RECEITA	22	**3.831.889**	**3.545.896**	**81**	**80**
CUSTOS OPERACIONAIS					-
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				-
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.783.923)	(1.452.854)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(201.945)	(142.183)	-	-
		(1.985.868)	(1.595.037)	-	-
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	23			-	
Pessoal e Administradores		(238.016)	(296.469)	-	-
Materiais		(92.690)	(16.731)	-	-
Serviços de Terceiros		(185.403)	(167.452)	-	-
Depreciação e Amortização		(197.508)	(189.489)	-	-
Provisões Operacionais		(48.324)	(49.047)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(25.236)	(31.143)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(232.870)	(232.249)	-	-
Outras		(47.353)	(49.824)	-	-
		(1.067.400)	(1.032.404)	-	-
CUSTO TOTAL		**(3.053.268)**	**(2.627.441)**	**-**	**-**
LUCRO BRUTO		**778.621**	**918.455**	**81**	**80**
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(40.944)	(15.555)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(153.048)	(47.902)	(12.116)	(14.350)
Outras (Despesas) Recuperações de Despesas Operacionais		(172.427)	(102.039)	(25.632)	8.361
		(366.419)	(165.496)	(37.748)	(5.989)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(102.074)	349.106	40.780	769.005
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		**310.128**	**1.102.065**	**3.113**	**763.096**
Receitas Financeiras	24	131.891	147.412	19.736	35.439
Despesas Financeiras	24	(344.932)	(266.727)	(872)	(958)
Resultado antes dos Impostos		**97.087**	**982.750**	**21.977**	**797.577**
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(129.272)	(240.700)	-	3.401
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	61.241	46.791	7.079	(12.137)
RESULTADO DO PERÍODO		**29.056**	**788.841**	**29.056**	**788.841**
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21	**0,02**	**0,63**	**0,02**	**0,63**
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21	**0,02**	**0,63**	**0,02**	**0,63**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 3O DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
RESULTADO DO PERÍODO	**2.020.019**	**2.271.426**	**2.020.019**	**2.271.426**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefício definido, líquida de impostos	325	(166)	-	(166)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	3.220	4.801	3.545	4.801
	3.545	4.635	3.545	4.635
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**2.023.564**	**2.276.061**	**2.023.564**	**2.276.061**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
RESULTADO DO PERÍODO	**29.056**	**788.841**	**29.056**	**788.841**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	5.865	569	5.865	569
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**34.921**	**789.410**	**34.921**	**789.410**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**4.265.091**	**3.953.850**	**2.856.176**	**474.879**	**-**	**11.549.996**
Resultado do período	-	-	-	-	2.271.426	2.271.426
Outros resultados abrangentes						
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(166)	-	(166)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	4.801	-	4.801
Total do resultado abrangente do período	**-**	**-**	**-**	**4.635**	**2.271.426**	**2.276.061**
Outras mutações no Patrimônio Líquido						
Aumento do Capital Social	548.271	(548.271)	-	-	-	-
Dividendo Adicional proposto em 2012 (R$0,74 por ação)	-	-	(628.131)	-	-	(628.131)
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(94.258)	94.258	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013	**4.813.362**	**3.405.579**	**2.228.045**	**385.256**	**2.365.684**	**13.197.926**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**6.294.208**	**1.924.733**	**3.839.882**	**579.534**	**-**	**12.638.357**
Resultado do período	-	-	-	-	2.020.019	2.020.019
Outros resultados abrangentes						
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	325	-	325
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	3.220	-	3.220
Total do resultado abrangente do período	**-**	**-**	**-**	**3.545**	2.020.019	**2.023.564**
Outras mutações no Patrimônio Líquido						
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	-	-	(230)
Dividendos adicionais propostos em 2013 (R$0,04 por ação)	-	-	(54.527)	-	-	(54.527)
Dividendos extraordinários (R$ 1,35 por ação)	-	-	(1.704.000)	-	-	(1.704.000)
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(50.058)	50.058	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	**6.294.208**	**1.924.503**	**2.081.355**	**533.021**	**2.070.077**	**12.903.164**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	2.020.019	2.271.426	2.020.019	2.271.426
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	1.002.860	852.212	(16.039)	121.070
Depreciação e Amortização	587.488	573.714	383	324
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	24.932	5.476	-	52
Ganho na alienação de Investimentos	-	(284.298)	-	(378.378)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(33.873)	(599.688)	(2.042.189)	(2.104.917)
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimentos	-	80.959	-	80.959
Juros e Variações Monetárias	847.229	664.312		(22.087)
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	84.683	146.942	6.318	8.050
Provisões para Ganhos/Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(1.005)	-	-
Obrigações Pós-emprego	234.130	195.972	12.001	11.734
	4.767.468	3.906.022	(19.507)	(11.767)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(84.945)	28.626	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenv. Energético (CDE)	(507.330)	(39.116)	-	-
Tributos Compensáveis	290.846	58.751	(11)	57.237
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	119.424	77.639	30.117	(33.810)
Transporte de Energia	(1.894)	107.322	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	(53.740)	109.544	(3.188)	133.319
Dividendos recebidos de Participações	308.798	279.071	3.121.129	422.952
Ativo Financeiro da Concessão	3.593	301.784	-	-
Outros	(102.418)	(63.290)	15.988	18.984
	(27.666)	860.331	3.164.035	598.682
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	468.574	(295.400)	(8.985)	(4.853)
Impostos, Taxas e Contribuições	(61.418)	(62.209)	(46.242)	(39.384)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(124.659)	(166.738)	-	30.197
Salários e Contribuições Sociais	10.612	(2.557)	(1.158)	(1.462)
Encargos Regulatórios	3.918	(58.609)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(141.123)	(130.583)	(7.428)	(7.154)
Outros	20.483	(11.142)	(27.946)	(32.746)
	176.387	(727.238)	(91.759)	(55.402)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	4.916.189	4.039.115	3.052.769	531.513
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(557.690)	(676.929)	-	(17.784)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.109.493)	(708.137)	-	(113.115)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**3.249.006**	**2.654.049**	**3.052.769**	**400.614**

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	21.486	(1.803.251)	(215.055)	(1.072.631)
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	2.465.646	-	2.465.646
Fundos Vinculados	690	130.218	(268)	135
Em Ativos Financeiros	(48.011)	(80.696)	-	-
Em Investimentos	(2.730.278)	1.330.410	(14.101)	1.619.987
Alienação de Investimentos	-	1.691.415	-	1.619.987
Aquisição de Investimentos	(1.594.681)	(94.184)	(2.783)	-
Aporte de Capital	(1.135.597)	(266.821)	(11.318)	-
Em Imobilizado	(88.922)	(21.494)	(22)	-
Em Intangível	(499.669)	(636.937)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(3.344.704)**	**1.383.896**	**(229.446)**	**3.013.137**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	(230)	-	(230)	-
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.128.769	2.466.516	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(1.088.015)	(3.374.850)	-	(1.106.397)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(2.819.909)	(2.937.592)	(2.819.909)	(2.937.592)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(779.385)**	**(3.845.926)**	**(2.820.139)**	**(4.043.989)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(875.083)**	**192.019**	**3.184**	**(630.238)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	2.201.827	1.919.125	286.183	1.057.122
No fim do período	1.326.744	2.111.144	289.367	426.884
	(875.083)	**192.019**	**3.184**	**(630.238)**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2014		30/09/2013		30/09/2014		30/09/2013	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	16.663.840		13.540.685		241		241	
Receita de Construção de Distribuição	546.100		616.958		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	48.011		80.696		-		-	
Receita na Alienação de Investimentos	-		1.691.415		-		1.619.986	
Receita de Indenização da Transmissão	63.315		-		-		-	
Outras Receitas	16.857		388.021		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(89.506)		(50.056)		-		-	
	17.248.617		**16.267.719**		**241**		**1.620.227**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.771.120)		(4.051.386)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(592.522)		(441.797)		-		-	
Serviços de Terceiros	(913.172)		(984.125)		(12.255)		(6.623)	
Materiais	(526.687)		(392.760)		(88)		(131)	
Custo na Alienação de Investimentos	-		(1.407.117)		-		(1.241.608)	
Outros Custos Operacionais	(258.172)		(697.972)		(24.333)		(32.912)	
	(8.061.673)		**(7.975.157)**		**(36.676)**		**(1.281.274)**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**9.186.944**		**8.292.562**		**(36.435)**		**338.953**	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(587.488)		(573.714)		(383)		(324)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**8.599.456**		**7.718.848**		**(36.818)**		**338.629**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.873		599.688		2.042.189		2.104.917	
Lucros Não Realizados	-		(80.959)		-		(80.959)	
Receitas Financeiras	422.183		430.251		51.745		111.884	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**9.055.512**		**8.667.828**		**2.057.116**		**2.474.471**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	**1.151.266**	**12,71**	**1.124.845**	**12,97**	**40.215**	**1,96**	**46.927**	**1,90**
Remuneração direta	771.944	8,52	671.155	7,74	21.729	1,06	24.277	0,98
Benefícios	329.302	3,64	286.466	3,30	15.616	0,76	16.137	0,65
FGTS	49.845	0,55	46.367	0,54	2.866	0,14	2.605	0,11
Programa de Desligamento	175	-	120.857	1,39	4	-	3.908	0,16
Impostos, Taxas e Contribuições	**4.790.837**	**52,89**	**4.299.775**	**49,61**	**(7.526)**	**(0,37)**	**129.979**	**5.25**
Federais	2.473.209	27,31	2.219.492	25,61	(7.792)	(0,38)	129.810	5,25
Estaduais	2.310.045	25,51	2.074.429	23,93	265	0,01	103	-
Municipais	7.583	0,07	5.854	0,07	1	-	66	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.093.390**	**12,09**	**971.782**	**11,21**	**4.408**	**0,21**	**26.139**	**1,06**
Juros	1.010.344	11,16	892.247	10,29	4.125	0,20	25.372	1,03
Aluguéis	83.046	0,93	79.535	0,92	283	0,01	767	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	**2.020.019**	**22,31**	**2.271.426**	**26,21**	**2.020.019**	**98,20**	**2.271.426**	**91,79**
Lucros Acumulados	2.020.019	22,31	2.271.426	26,21	2.020.019	98,20	2.271.426	91,79
	9.055.512	**100,00**	**8.667.828**	**100,00**	**2.057.116**	**100,00**	**2.474.471**	**100,00**

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig", "Controladora" ou "Companhia"), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa ("Bovespa") e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América ("NYSE") e da Espanha ("LATIBEX"). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte/MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 30 de setembro de 2014, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante Consolidado em R$1.739.338. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia e da maior saída de caixa no negócio de distribuição de energia elétrica para pagamento das obrigações com compra de energia, devido ao aumento do preço médio decorrente do maior despacho de usinas térmicas. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Informações Contábeis Intermediárias individuais não estão em conformidade com as Normas Internacionais para Relatórios Financeiros ("IFRS"), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2014, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2014.

Em 12 de novembro de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

2.2. Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas completas de 31 de dezembro de 2013 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de setembro de 2014.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado no semestre findo em 30 de setembro de 2014 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2013	30/09/2014	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
5	28	Segmentos Operacionais
6	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	5	Títulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
13	10	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
14	11	Ativo Financeiro da Concessão
15	12	Investimentos
16	13	Imobilizado
17	14	Intangível
18	15	Fornecedores
19	16	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
20	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
21	18	Encargos Regulatórios
22	19	Obrigações Pós-Emprego
23	20	Provisões
24	21	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
25	22	Receita
26	23	Custos e Despesas Operacionais
27	24	Receitas e Despesas Financeiras
28	25	Transações com Partes Relacionadas
29	26	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
30	27	Mensuração Pelo Valor Justo
33	29	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2013 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013)
12	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
31	Seguros
32	Obrigações Contratuais

2.3. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

IFRIC 21 - Taxações – orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxação são claros.

IAS 36 – Impairment de ativos – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar "hedge accounting" se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – as alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre estas informações financeiras intermediárias.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo da consolidação e de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	30/09/2014	31/12/2013
	Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	100,00	100,00
Cemig Distribuição	100,00	100,00
Cemig Telecom	100,00	100,00
Rosal Energia	100,00	100,00
Sá Carvalho	100,00	100,00
Horizontes Energia	100,00	100,00
Usina Térmica Ipatinga	100,00	100,00
Cemig PCH	100,00	100,00
Cemig Capim Branco Energia	100,00	100,00
Cemig Trading	100,00	100,00
Efficientia	100,00	100,00
Central Termelétrica de Cogeração	100,00	100,00
UTE Barreiro	100,00	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	100,00	100,00

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	71.978	74.713	4.478	7.724
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	895.704	1.892.939	174.356	236.521
Overnight	279.806	228.131	88.951	41.938
Outros	79.256	6.044	21.582	-
	1.254.766	2.127.114	284.889	278.459
	1.326.744	**2.201.827**	**289.367**	**286.183**

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 70% a 109,6% conforme operação.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras do fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desse fundo ficar alocada em operações de *overnight* que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	320.706	196.546	178.535	27.862
Letras Financeiras - Bancos	381.849	592.900	121.391	109.251
Letras Financeiras do Tesouro	150.656	37.758	47.894	6.958
Debêntures	139.483	170.248	44.342	31.371
Outros	9.114	25.842	3.018	4.683
	1.001.808	**1.023.294**	**395.180**	**180.125**
Ativo Circulante	**987.660**	**933.571**	**390.585**	**163.591**
Ativo Não Circulante	**14.148**	**89.723**	**4.595**	**16.534**

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas, está apresentada na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2014	31/12/2013
Fornecimento Faturado	774.079	383.166	697.652	1.854.897	1.726.317
Fornecimento não Faturado	647.699	-	-	647.699	511.537
Suprimento a Outras Concessionárias	183.809	25.212	2.726	211.747	438.744
Concessionários – Transporte de Energia	83.874	4.782	162.046	250.702	248.808
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(626.866)	(626.866)	(584.560)
	1.689.461	**413.160**	**235.558**	**2.338.179**	**2.340.846**
Ativo Circulante				**2.122.335**	**2.152.251**
Ativo não Circulante				**215.844**	**188.595**

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2014	31/12/2013
Residencial	164.132	147.327
Industrial	320.688	298.660
Comércio, Serviços e Outras	92.484	83.679
Rural	17.953	18.422
Poder Público	10.032	10.298
Iluminação Pública	6.433	11.060
Serviço Público	10.020	10.357
Outros	5.124	4.757
	626.866	**584.560**

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é como segue:

	31/12/2013	Constituições	Baixas	30/09/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	584.560	89.506	(47.200)	626.866

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Circulante				
ICMS a Recuperar	133.608	115.398	3.429	3.429
PIS-PASEP	9.453	47.144	1	-
COFINS	43.645	313.509	3	-
Outros	6.794	5.493	1.395	1.388
	193.500	**481.544**	**4.828**	**4.817**
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	268.913	248.711	4.754	4.754
PIS-PASEP	19.299	23.414	1	1
COFINS	89.266	108.155	3	3
Outros	1.795	1.795	1.795	1.795
	379.273	**382.075**	**6.553**	**6.553**
	572.773	**863.619**	**11.381**	**11.370**

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até setembro de 2015.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Circulante				
Imposto de Renda	115.945	181.033	-	-
Contribuição Social	40.032	67.582	-	-
	155.977	**248.615**	-	-
Não Circulante				
Imposto de Renda	137.042	167.260	137.042	167.260
Contribuição Social	10.340	10.239	10.340	10.239
	147.382	**177.499**	**147.382**	**177.499**
	303.359	**426.114**	**147.382**	**177.499**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	292.531	259.396	275.277	259.396
Provisões	107.390	104.055	20.825	23.023
Obrigações Pós-Emprego	591.701	558.475	30.730	29.097
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	215.035	200.617	7.293	7.988
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	179.217	179.217	-	-
Concessão Onerosa	65.330	67.053	-	-
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (2)	238.914	105.561	-	-
Outros	64.822	42.966	4.286	2.868
Total	**1.754.940**	**1.517.340**	**338.411**	**322.372**
Obrigações Diferidas				
Custo de Captação	(2.336)	(3.551)	-	-
Custo atribuído	(314.557)	(335.232)	-	-
Ajuste a valor presente	(80.948)	(84.319)	-	-
Encargos Capitalizados	(56.316)	(40.907)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(1.742)	(2.053)	-	-
Ganho na indenização de ativos de transmissão	(106.064)	(84.537)	-	-
Atualização do Ativo Financeiro	-	(1.658)	-	-
Total	**(561.963)**	**(552.257)**	**-**	**-**
Total Líquido	**1.192.977**	**965.083**	**338.411**	**322.372**
Total do Ativo	**1.430.723**	**1.220.896**	**338.411**	**322.372**
Total do Passivo	**(237.746)**	**(255.813)**	**-**	**-**

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;
(2) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.022.879	3.123.638	2.003.980	2.392.496
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.027.779)	(1.062.037)	(681.353)	(813.449)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	11.517	176.368	694.344	688.146
Contribuições e Doações Indedutíveis	(5.390)	(3.929)	(510)	(485)
Incentivo Fiscal	19.523	17.136	-	1.708
Créditos Fiscais não Reconhecidos	83	3.834	(5)	167
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	9.659	22.743	-	-
Multas Indedutíveis	(3.893)	(9.018)	(2)	(1)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(8.890)	-	-	-
Outros	2.310	2.691	3.565	2.844
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(1.002.860)**	**(852.212)**	**16.039**	**(121.070)**
Alíquota Efetiva	**33,18%**	**27,28%**	**0,80%**	**5,06%**
Imposto Corrente	**(1.209.356)**	**(825.680)**	**-**	**(82.918)**
Imposto Diferido	**206.496**	**(26.532)**	**16.039**	**(38.152)**

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	97.087	982.750	21.977	797.577
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(33.010)	(334.135)	(7.472)	(271.176)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(34.705)	131.000	13.865	261.462
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.806)	(1.875)	(510)	(478)
Incentivo Fiscal	9.370	8.005	-	1.421
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(92)	(317)	(14)	(33)
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	(2.146)	5.555	-	-
Multas Indedutíveis	(975)	(2.019)	(2)	(1)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.829)	-	-	-
Outros	(838)	(123)	1.212	69
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(68.031)**	**(193.909)**	**7.079**	**(8.736)**
Alíquota Efetiva	**70,07%**	**19,73%**	**32,21%**	**1,10%**
Imposto Corrente	**(129.272)**	**(240.700)**	**-**	**3.401**
Imposto Diferido	**61.241**	**46.791**	**7.079**	**(12.137)**

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que deve ser manifestada em novembro de 2014, podendo ser alterada em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Em análise preliminar, a Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Trabalhista	**331.570**	**282.387**	**38.433**	**28.653**
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda s/ Juros sobre Capital Próprio (JCP)	14.774	14.478	-	-
PASEP/COFINS (1)	720.054	719.973	-	-
Outros	100.252	97.429	89.050	87.601
	835.080	**831.880**	**89.050**	**87.601**
Outros				
Regulatório	37.276	34.610	8.730	13.148
Responsabilidade Civil	8.496	9.639	6.510	6.946
Relações de Consumo	4.248	5.032	1.859	2.397
Bloqueio Judicial	9.757	12.896	4.173	6.837
Outros	7.587	3.830	2.272	2.257
	67.364	**66.007**	**23.544**	**31.585**
	1.234.014	**1.180.274**	**151.027**	**147.839**

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Estes repasses foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, em 30 de setembro de 2014, como receitas de subsídios, no montante de R$431.651. Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R$246.354, reconhecidos no ativo circulante.

Reembolso de custos com energia comprada

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade, além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo, para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela Conta-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/2014, considerando a cobertura tarifária vigente. Define que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Estes repasses de CDE referentes ao período de janeiro a setembro de 2014 foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, em 30 de setembro de 2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, no montante de R$2.089.735, dos quais foram recebidos R$1.654.146 no período de janeiro a setembro de 2014. A diferença, no valor de R$435.589, corresponde aos meses de agosto e setembro de 2014, dos quais já foram recebidos R$136.792 em outubro de 2014.

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição e transmissão da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Ativos de transmissão

A Resolução Normativa ANEEL nº 589/13, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. A Companhia entregou o seu Laudo de Avaliação em 31 de julho de 2014 e a Agência não se manifestou no prazo de trinta dias, contados a partir da data de protocolo. A ANEEL terá cento e vinte dias para validar as informações, com consequente aferição do valor indenizável.

Os valores registrados correspondentes a indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até 31 de dezembro de 2012 e objetos do laudo mencionado acima, correspondem ao valor de R$596.903 em 30 de setembro de 2014.

Adicionalmente, a Companhia reverteu, em 2014, provisão registrada em 2012, no valor de R$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados a partir de maio de 2012 e que não haviam sido incluídos como indenizáveis pela Companhia em 2012 em função da adesão à Lei nº 12.783/13. A Companhia entende que os investimentos mencionados serão indenizados no Laudo de Avaliação entregue em 31 de julho de 2014, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 589/13, artigo 4º, parágrafo 2º.

Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de receita permitida, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Ativos de Distribuição

Em 25 de março de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, no uso de suas atribuições, através do Despacho do Diretor-Geral nº 729, reconheceu parcialmente o pedido de reconsideração da Companhia no Recurso Administrativo interposto pela Companhia contra o Despacho n° 689/2013, aprovando novo valor para a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Concessionária, cujo valor passou a ser de R$5.849.143, representando um acréscimo de R$337.375.

A Companhia analisou o resultado do julgamento e as eventuais possibilidades adicionais de questionamento junto a ANEEL. Em função dessa análise, concluiu ser apropriada uma redução do ativo financeiro registrado, no montante de R$110.398, reconhecida em contrapartida ao resultado financeiro no 2º trimestre de 2014.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	30/09/2014	31/12/2013
Concessões de Distribuição	5.610.467	5.063.802
Concessões de Transmissão		
Indenização a Receber	596.903	533.588
Ativos Remunerados por Tarifa	289.278	245.547
	886.181	779.135
Total	**6.496.648**	**5.842.937**
Ativo Circulante	**4.582**	**2.254**
Ativo Não Circulante	**6.492.066**	**5.840.683**

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**779.135**	**5.063.802**	**5.842.937**
Adições	48.011	584.372	632.383
Baixas	(312)	(6.305)	(6.617)
Reversão de Provisão	62.940	-	62.940
Recebimentos	(3.593)	-	(3.593)
Atualização Financeira	-	(31.402)	(31.402)
Saldo em 30 de setembro de 2014	**886.181**	**5.610.467**	**6.496.648**

12. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.480.599	3.815.017
Hidrelétrica Cachoeirão	36.767	33.922	-	-
Guanhães Energia	67.428	67.428	-	-
Hidrelétrica Pipoca	28.328	25.069	-	-
Retiro Baixo	150.837	-	-	-
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	603.089	642.585	-	-
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	653.978	-	-	-
Lightger	40.002	40.076	-	-
Baguari Energia	193.617	199.411	-	-
Renova	1.550.072	-	-	-
Aliança	3.323	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	62.305	61.201	-	-
Central Eólica Volta do Rio	81.452	77.884	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	62.074	60.948	-	-
Amazônia Energia	356.816	310.797	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.329.263	2.492.858
Light	1.115.796	1.190.464	1.115.796	1.190.464
TAESA	2.360.281	2.249.382	2.360.281	2.249.382
Cemig Telecom	-	-	228.273	237.172
Ativas Data Center	-	4.397	-	-
Gasmig	569.321	577.239	569.321	577.239
Rosal Energia	-	-	123.364	140.005
Sá Carvalho	-	-	107.957	121.816
Horizontes Energia	-	-	70.066	76.103
Usina Térmica Ipatinga	-	-	27.782	26.362
Cemig PCH	-	-	74.367	87.569
Cemig Capim Branco Energia	-	-	151.891	128.426
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	97.020	103.271	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	15.537	28.933	15.537	28.933
UTE Barreiro	-	-	29.265	34.775
Companhia Transudeste de Transmissão	14.417	13.809	14.417	13.809
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	9.025	10.448
Companhia Transirapé de Transmissão	15.501	14.262	15.501	14.262
Transchile	58.695	54.825	58.695	54.825
Efficientia	-	-	7.882	7.253
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	6.041	5.942
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.681	17.666	20.681	17.666
Cemig Trading	-	-	15.671	46.886
Axxiom Soluções Tecnológicas	18.238	7.886	18.238	7.886
Parati	357.166	379.345	357.166	379.345
Cemig Overseas (*)	2.783	-	2.783	-
	8.535.524	**6.160.800**	**11.209.862**	**11.764.443**

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros	30/09/2014
Cemig Geração e Transmissão	3.815.017	1.542.587	-	(1.877.005)	-	3.480.599
Cemig Distribuição	2.492.858	6.405		(170.000)	-	2.329.263
Cemig Telecom	237.172	(9.224)	325	-	-	228.273
Rosal Energia	140.005	(2.936)	-	(13.705)	-	123.364
Sá Carvalho	121.816	10.611	-	(24.470)	-	107.957
Gasmig	577.239	47.159	-	(55.077)	-	569.321
Horizontes Energia	76.103	1.355	-	(7.392)	-	70.066
Usina Térmica Ipatinga	26.362	10.108	-	(8.688)	-	27.782
Cemig PCH	87.569	(4.374)	-	(8.828)	-	74.367
Cemig Capim Branco Energia	128.426	54.734	-	(31.269)	-	151.891
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	3.908	-	(17.304)	-	15.537
UTE Barreiro	34.775	(2.226)	-	(3.284)	-	29.265
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	2.273	-	(1.665)	-	14.417
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	10.448	8.442	-	(9.865)	-	9.025
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	2.018	-	(779)	-	15.501
Transchile	54.825	650	3.220	-	-	58.695
Efficientia	7.253	629	-	-	-	7.882
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.942	288	-	(189)	-	6.041
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	3.015	-	-	-	20.681
Light	1.190.464	20.419	-	(95.087)	-	1.115.796
Cemig Trading	46.886	47.625	-	(78.840)	-	15.671
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.886	(1.191)	-	-	11.543	18.238
Parati	379.345	9.647	-	(31.826)	-	357.166
Taesa	2.249.382	290.267		(179.368)		2.360.281
Cemig Overseas	-	-	-	-	2.783	2.783
	11.764.443	**2.042.189**	**3.545**	**(2.614.641)**	**14.326**	**11.209.862**

Consolidado	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/09/2014
Gasmig	577.239	47.159	-	(55.077)	-	-	569.321
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	3.908	-	(17.304)	-	-	15.537
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	2.273	-	(1.665)	-	-	14.417
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	2.018	-	(779)	-	-	15.501
Transchile	54.825	650	3.220	-	-	-	58.695
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	3.015	-	-	-	-	20.681
Light	1.190.464	20.419	-	(95.087)	-	-	1.115.796
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.886	(1.191)	-	-	11.318	225	18.238
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	5.985	-	(3.140)	-	-	36.767
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	4.366	-	(1.107)	-	-	28.328
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	642.585	(199.496)	-	-	160.000	-	603.089
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	-	(148.819)	-	-	802.797		653.978
Lightger	40.076	1.046	-	(1.120)	-	-	40.002
Baguari Energia	199.411	6.473	-	(12.277)	-	10	193.617
Central Eólica Praias de Parajuru	61.201	1.598	-	(494)	-	-	62.305
Central Eólica Volta do Rio	77.884	3.567	-	-	-	1	81.452
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	1.125	-	-	-	1	62.074
Amazônia Energia	310.797	(3.129)	-	-	49.148	-	356.816
Ativas Data Center	4.397	(19.739)	-	-	-	15.342	-
Epícares Empreendimentos	103.271	2.731	-	(8.982)	-	-	97.020
Parati	379.345	9.647	-	(31.826)	-	-	357.166
Taesa	2.249.382	290.267	-	(179.368)	-	-	2.360.281
Renova	-	-	-	-	810.129	739.943	1.550.072
Aliança	-	-	-	-	3.323	-	3.323
Chipley	-	-	-	-	739.943	(739.943)	-
Retiro Baixo	-	-	-	-	150.837	-	150.837
Cemig Overseas	-	-	-	-	2.783	-	2.783
	6.160.800	**33.873**	**3.220**	**(408.226)**	**2.730.278**	**15.579**	**8.535.524**

Ágio na aquisição de Participações

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	30/09/2014			31/12/2013		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.700.000	3.623.957	100,00	893.192	3.815.017
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.278.326	100,00	2.261.998	2.492.858
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.281.642	26,06	2.225.822	4.567.728
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	228.273	100,00	225.082	237.172
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	123.364	100,00	46.944	140.005
Sá Carvalho	36.833.380	100,00	36.833	107.957	100,00	36.833	121.816
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	955.718	59,57	643.780	969.009
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	70.066	100,00	64.258	76.103
Usina Térmica Ipatinga	14.174.281	100,00	14.174	27.782	100,00	14.174	26.362
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	74.367	100,00	30.952	87.569
Cemig Capim Branco Energia	87.579.000	100,00	87.579	151.891	100,00	87.579	128.426
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	62.148	25,00	49.569	115.732
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	29.265	100,00	30.902	34.775
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	60.069	24,00	30.000	57.537
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	9.025	100,00	486	10.448
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	63.267	24,50	22.340	58.812
Transchile	56.407.271	49,00	148.675	119.786	49,00	142.100	111.888
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	7.882	100,00	6.052	7.253
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	6.041	100,00	5.001	5.941
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	40.552	51,00	28.000	34.639
Cemig Trading	160.297	100,00	160	15.671	100,00	160	46.886
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	17.200	37.220	49,00	13.700	16.093
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.428.662	25,00	1.432.910	1.517.376
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.443.452	43,36	3.042.034	5.187.689

Em 30 de abril de 2014, houve o aumento do Capital Social de R$893.192 para R$1.700.000 da Cemig GT, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de R$806.808, sendo R$419.871 provenientes do saldo da Reserva Legal e R$386.937 provenientes de parte da Reserva de Retenção de Lucros.

Opções de venda

Taesa

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Coliseu, que é acionista da Taesa, uma opção de venda de suas ações da Companhia, exercível em outubro de 2014. A opção foi calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haveria atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira. O Fundo de Participações Coliseu não se manifestou no prazo definido pela opção, que se encerrou em 02 de julho de 2014 (90 dias antes da data de exercício), sendo assim, a opção de venda não foi exercida. O preço de exercício da opção sobre as ações da Taesa foi inferior ao preço de mercado destas ações.

Parati

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, requererá a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas demonstrações contábeis decorrentes dessa opção, tendo em vista que a estimativa do valor justo aproxima-se de zero.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2014, R$20.368.698 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de setembro de 2014, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia (participações diretas e indiretas) nesta controlada é de R$3.617.480. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e, em 30 de setembro de 2014, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R$1.178.781. O efeito proporcional na Companhia é de R$209.352. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R$1.600.000 foram aportados no período de janeiro a setembro de 2014 (R$160.000 recursos diretos e R$ 105.002 recursos indiretos pela Companhia), bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante de R$1.190.000.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

A Companhia reconheceu resultado de equivalência patrimonial negativo relativo às suas participações diretas e indiretas na MESA, no montante de R$348.315 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 (R$328.929 no trimestre findo em 30 de setembro de 2014), substancialmente relacionado ao reconhecimento em 2014, pela MESA, de despesas relacionadas à: (i) compra de energia no mercado de curto prazo – CCEE; (ii) alocação do GSF (*Generation Scaling Factor* - Fator de ajuste de geração), e (iii) FID – Fator de Disponibilidade.

Aumento de participação mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne ("FIP Melbourne")

No dia 06 de junho de 2014, a Andrade Gutierrez Participações S.A. ("AGP") alienou ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas, correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações ("Fundos") e sociedade de propósito específico ("SPE" e, em conjunto com os Fundos, "Estrutura de Investimento").

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento. A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA.

O valor da operação foi dividido em duas parcelas, tendo sido a primeira parcela, equivalente a 81% do valor total, no montante de R$734.000, quitada em 06 de junho de 2014 e o restante, em 25 de agosto de 2014, no montante de R$87.526. Com a conclusão da operação a Cemig GT passou a deter uma participação indireta de 7,76% na MESA. O valor transferido, relativo à participação indireta adquirida, correspondeu a R$697.796.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até junho de 2043, data de encerramento da concessão. A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na usina de Santo Antônio, através do FIP Melbourne, classificados no balanço patrimonial como investimento com influência significativa:

	Valores justos das participações adquiridas (7,76%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	38.069
Contas a receber	155.139
Ativo Imobilizado	1.531.072
Ativo intangível	274.323
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(1.212.850)
Impostos diferidos	(87.957)
Total dos ativos líquidos	**697.796**

Na data da aquisição, o valor contábil da participação adquirida era de R$527.055. Adicionalmente ao valor pago de R$697.796 para compra de 7,76% da MESA, a Cemig GT realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Estrutura de Investimento, no montante de R$105.001, no terceiro trimestre de 2014.

Opções de venda oferecidas às entidades de previdência complementar

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Com base nos estudos realizados, a Cemig GT registrou obrigações de R$8.156 nestas Informações Contábeis Intermediárias decorrentes da melhor estimativa de perda dessas opções.

Investimento na Amazônia Energia S.A. (NESA)

Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/2010 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Celebração de Acordo de Investimento na Renova

A controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. celebrou em 2013 Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. ("Renova"), RR Participações S.A. ("RR"), Light Energia S.A. ("Light Energia") e Chipley SP Participações S.A. ("Chipley"). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações da Renova, pelo valor de emissão de R$0,016227 por ação ordinária, sendo a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT, direta ou indiretamente, no valor de R$1.414.733, valores estes atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. ("CCVA Brasil PCH"), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. ("Jobelpa"), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta ("tag along").

A transação de aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova, a ser realizada direta ou indiretamente pela Cemig GT, foi realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela CEMIG GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R$810.129, complementando assim o valor previsto no Acordo de Investimentos para aumento de capital da Renova, devidamente corrigido.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R$1.414.733, a valores de 31 de dezembro de 2012, foi atendida pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014 e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley.

Estes recursos, no montante de R$1.550.072, foram integralizados em 29 de setembro de 2014, quando foi celebrado novo Acordo de Acionistas no qual Cemig GT, RR e Light Energia passam a fazer parte do bloco de controle da Renova. Após a data de encerramento do direito de preferência dos demais acionistas da Renova, em 27 de outubro de 2014, ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Conselho de Administração da Renova, conforme detalhado na nota explicativa 29. O processo de alocação do preço de aquisição, incluindo a identificação e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos encontra-se em andamento.

Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética S.A.

A Cemig Geração e Transmissão S/A, ("Cemig GT"), subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"), concluiu em 5 de setembro de 2014 a aquisição de 49,9% de participação de participação no capital total da Retiro Baixo Energética S.A ("RBE"). A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba (MG), que possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.

O valor transferido, relativo à participação indireta adquirida, correspondeu a R$150.837. O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data da aquisição até dezembro de 2041, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Retiro Baixo Energética S.A., classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em controladas em conjunto:

	Valores justos das participações adquiridas (49,9%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	2.323
Contas a receber	3.419
Títulos e Valores Mobiliários	3.553
Ativo Imobilizado	192.726
Ativo intangível	48.760
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(83.365)
Impostos diferidos	(16.579)
Total dos ativos líquidos	**150.837**

Na data da aquisição, o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R$118.656.

13. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	382.377	(8.204)	374.173	382.377	(4.518)	377.859
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.465.953	(5.169.379)	2.296.574	7.466.002	(5.071.260)	2.394.742
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.152.152	(1.534.560)	617.592	2.285.119	(1.573.213)	711.906
Máquinas e Equipamentos	7.607.882	(5.539.039)	2.068.843	7.424.595	(5.345.096)	2.079.499
Veículos	28.919	(19.006)	9.913	29.528	(17.569)	11.959
Móveis e Utensílios	14.500	(12.650)	1.850	14.443	(12.503)	1.940
	17.651.783	(12.282.838)	5.368.945	17.602.064	(12.024.159)	5.577.905
Em Curso	271.328	-	271.328	239.550	-	239.550
Imobilizado Líquido	**17.923.111**	**(12.282.838)**	**5.640.273**	**17.841.614**	**(12.024.159)**	**5.817.455**

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2014
Em Serviço					
Terrenos	377.859	-	-	(3.686)	374.173
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.394.742	(57)	-	(98.111)	2.296.574
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	711.906	(73.321)	-	(20.993)	617.592
Máquinas e Equipamentos	2.079.499	116.394	(1.556)	(125.494)	2.068.843
Veículos	11.959	2	(26)	(2.022)	9.913
Móveis e Utensílios	1.940	106	(2)	(194)	1.850
	5.577.905	43.124	(1.584)	(250.500)	5.368.945
Em Curso	239.550	50.026	(18.248)	-	271.328
Imobilizado Líquido	**5.817.455**	**93.150**	**(19.832)**	**(250.500)**	**5.640.273**

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis. Assim, o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível, conforme Despacho ANEEL nº 3.467/2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2014	31/12/2013
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	4,97	38.917	38.826
Usina Igarapava	14,50	2,48	58.638	58.295
Usina de Funil	49,00	3,53	183.446	183.229
Usina de Queimado	82,50	3,98	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00	3,74	552.350	552.204
Consórcio Capim Branco Energia	21,05	3,75	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(298.068)	(257.806)
			804.054	**843.519**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50		1.645	1.626
Usina de Funil	49,00		-	205
Usina de Aimorés	49,00		-	147
Usina Igarapava	14,50		25	358
Usina Porto Estrela	33,33		-	89
Consórcio Capim Branco Energia	21,05		2.274	2.244
			3.944	**4.669**
Total de Consórcios - Controladora			**807.998**	**848.188**

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	VALE S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Renovação da concessão da Usina de Jaguara

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguara, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguara até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia ("MME") que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara ("Jaguara"), nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. O julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista por um dos ministros, terminando a sessão com empate, dois votos favoráveis e três contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) retomou o julgamento em 10 de setembro de 2014, que foi novamente suspenso, em razão do pedido de vista por um dos ministros.

A liminar concedida para que a Cemig permanecesse no controle de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, continua vigente até o julgamento do processo, para o qual não há previsão de retomada.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei 12.783/13.

Por meio do Despacho do Ministério de Minas e Energia (s/nº) publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão.

Em 10 de setembro de 2014, a CEMIG GT apresentou junto ao MME Recurso Administrativo em face da decisão do Sr. Ministro de Minas e Energia, que ainda se encontra pendente de julgamento pelo Poder Concedente.

A Companhia entende que tem direito à prorrogação da concessão da usina de São Simão, cujo prazo de vencimento é janeiro de 2015, conforme cláusulas estabelecidas no contrato de concessão e no Art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

14. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de setembro de 2014 e 31 dezembro de 2013

Controladora	Taxa Média de Amortização	30/09/2014			31/12/2013		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.788	(3.244)	544	3.705	(2.960)	745
Marcas e Patentes	10%	9	(5)	4	9	(4)	5
		3.797	(3.249)	548	3.714	(2.964)	750
Em Curso		4	-	4	3	-	3
Intangível Líquido		**3.801**	**(3.249)**	**552**	**3.717**	**(2.964)**	**753**

Consolidado	30/09/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	13.819	(1.797)	12.022	13.757	(1.318)	12.439
Concessão Onerosa	39.868	(15.205)	24.663	39.868	(12.440)	27.428
Ativos de Concessão	6.781.763	(6.182.670)	599.093	6.748.458	(5.882.416)	866.042
Outros	65.282	(47.554)	17.728	67.838	(44.102)	23.736
	6.900.732	(6.247.226)	653.506	6.869.921	(5.940.276)	929.645
Em Curso	975.550	-	975.550	1.074.345	-	1.074.345
Intangível Líquido	**7.876.282**	**(6.247.226)**	**1.629.056**	**7.944.266**	**(5.940.276)**	**2.003.990**

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2014
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	12.439	-	-	(479)	62	12.022
Concessão Onerosa	27.428	-	-	(2.765)	-	24.663
Ativos de Concessão	866.042	-	(1.366)	(326.957)	61.374	599.093
Outros	23.736	-		(3.904)	(2.104)	17.728
	929.645	-	(1.366)	(334.105)	59.332	653.506
Em Curso	1.074.345	995.513	-	-	(1.094.308)	975.550
Intangível Líquido - Consolidado	**2.003.990**	**549.137**	**(1.366)**	**(334.105)**	**(588.600)**	**1.629.056**

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Energia de curto prazo - CCEE	745.110	77.382
Encargos de uso da rede elétrica	87.548	63.653
Energia elétrica comprada para revenda	331.982	465.693
Itaipu binacional	140.890	179.924
Materiais e serviços	229.402	279.706
	1.534.932	**1.066.358**
Circulante	**1.534.932**	**1.066.358**

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se à diferença temporária e ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Circulante				
ICMS	347.358	323.234	18.091	18.091
COFINS	67.786	103.423	-	37.118
PASEP	14.717	22.611	-	8.059
INSS	17.448	22.835	1.567	2.120
Outros	23.214	26.450	979	1.491
	470.523	498.553	20.637	66.879
Não Circulante				
COFINS	552.113	579.494	-	-
PASEP	119.867	125.811	-	-
Outros	129	192	-	-
	672.109	705.497	-	-
	1.142.632	**1.204.050**	**20.637**	**66.879**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		
Imposto de Renda	20.778	25.711
Contribuição Social	7.392	9.188
	28.170	**34.899**

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/09/2014			31/12/2013
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	2.111	24.684	26.795	32.345
KFW	2016	4,50	EURO	2.099	3.062	5.161	6.384
KFW	2024	1,78	EURO	45	10.096	10.141	-
TOSHIBA	2014	LIBOR + 5,36	US$	-	-	-	7.420
Dívida em Moeda Estrangeira				**4.255**	**37.842**	**42.097**	**46.149**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R$	73.833	132.079	205.912	208.611
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R$	20.708	442.348	463.056	449.124
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10% do CDI	R$	568.178	480.000	1.048.178	1.017.436
Banco do Brasil S.A.	2014	98,50% do CDI	R$	211.074	-	211.074	384.045
Banco do Brasil S.A	2015	99,50% do CDI	R$	230.774	-	230.774	212.469
Banco do Brasil S.A	2016	104,25% do CDI	R$	-	686.298	686.298	634.428
Nota Promissória - 5ª Emissão (GT)	2015	106.85 do CDI	R$	1.441.425	-	1.441.425	-
Nota Promissória – 7ª Emissão (D)	2015	105.00 do CDI	R$	1.274.243	-	1.274.243	-
BNDES	2026	TJLP+2,34	R$	7.898	82.666	90.564	96.303
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R$	-	-	-	500
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R$	74.720	197.943	272.663	334.090
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R$	5.204	1.755	6.959	6.707
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 8	R$	3.921	9.405	13.326	13.271
Consórcio Pipoca	2014	IPCA	R$	185	-	185	185
BNDES – Cemig Telecom (2)	2018	Diversas	R$	7.940	18.320	26.260	32.166
Dívida em Moeda Nacional				**3.920.103**	**2.050.814**	**5.970.917**	**3.389.335**
Total de Empréstimos e Financiamento				**3.924.358**	**2.088.656**	**6.013.014**	**3.435.484**
Debêntures – 1ª Emissão (D)	2014	IGP-M + 10,50	R$	-	-	-	424.172
Debêntures –2ª Emissão (D)	2017	IPCA + 7,96	R$	36.227	584.066	620.293	560.983
Debêntures – 1ª série – 3ª Emissão (GT)	2017	CDI + 0,90	R$	33.869	479.933	513.802	518.319
Debêntures - 2ª série – 2ª Emissão (GT)	2015	IPCA + 7,68	R$	532.888	-	532.888	1.024.686
Debêntures - 3ª série – 3ª Emissão (GT)	2022	IPCA + 6,20	R$	29.179	774.808	803.987	782.247
Debêntures - 2ª série – 3ª Emissão (GT)	2019	IPCA + 6,00	R$	8.428	231.302	239.730	233.127
Debêntures - 2º Série - 3ª Emissão (D)	2021	IPCA + 4,70	R$	34.170	1.192.243	1.226.413	1.188.288
Debêntures - 3º Série - 3ª Emissão (D)	2025	IPCA + 5,10	R$	22.154	711.252	733.406	711.380
Debêntures - 1º Série - 3ª Emissão (D)	2018	CDI + 0,69	R$	28.488	410.412	438.900	442.272
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,80	R$	4.190	72.000	76.190	77.054
Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais (4)	2031	IGP-M	R$	-	63.210	63.210	59.352
Debêntures - 4ª Emissão (GT)	2016	CDI + 0,85	R$	43.890	500.000	543.890	-
Total de Debêntures				**773.483**	**5.019.226**	**5.792.709**	**6.021.880**
Total Geral Consolidado				**4.697.841**	**7.107.882**	**11.805.723**	**9.457.364**

(1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
(2) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;
(3) Debêntures emitidas pela Capim Branco;
(4) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC 12.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2014, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	9.370.105
Recebíveis	1.202.124
Sem Garantia	1.233.494
TOTAL	**11.805.723**

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	2.111							24.684	26.795
Euro	1.123	2.573	3.103	1.063	1.063	1.063	1.063	4.251	15.302
Total por Moedas	**3.234**	**2.573**	**3.103**	**1.063**	**1.063**	**1.063**	**1.063**	**28.935**	**42.097**
Indexadores									
IPCA (1)	157.681	700.113	194.246	194.247	115.233	509.187	649.270	1.636.926	4.156.903
UFIR/RGR (2)	20.613	67.411	49.733	40.202	35.362	23.562	20.465	15.316	272.664
CDI (3)	941.265	3.342.922	1.673.139	765.633	410.781	-	-	-	7.133.740
URTJ/TJLP (4)	5.500	18.913	18.617	18.617	10.635	7.631	7.631	42.607	130.151
IGP-M (5)	0	-	-	-	-	-	-	63.210	63.210
IGP-DI (6)	2.392	580	703	703	476	0	0	0	4.854
TR (7)	1.622	-	-	386	96	-	-	-	2.104
Total por Indexadores	**1.129.073**	**4.129.939**	**1.936.438**	**1.019.788**	**572.583**	**540.380**	**677.366**	**1.758.059**	**11.763.626**
Total Geral	**1.132.307**	**4.132.512**	**1.939.541**	**1.020.851**	**573.646**	**541.443**	**678.429**	**1.786.994**	**11.805.723**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
(5) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
(6) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna. INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IGP-DI);
(7) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda - variação %	30/09/2014	30/09/2013	Indexador - variação %	30/09/2014	30/09/2013
Dólar Norte-Americano	4,63	9,13	IGP-M	1,75	3,70
Euro	(4,06)	11,97	CDI	7,83	5,62
			IPCA	4,61	3,79

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**9.457.364**
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.128.769
Variação monetária e cambial	185.862
Encargos financeiros provisionados	679.433
Encargos financeiros pagos	(557.690)
Amortização de financiamentos	(1.088.015)
Saldo em 30 de setembro de 2014	**11.805.723**

Custos de Empréstimos

A Companhia transferiu para o ativo Intangível encargos com empréstimos e financiamentos vinculados à obra no montante de R$49.468, no consolidado, em 30 de setembro de 2014 (R$28.188 em 30 de setembro de 2013).

	30/09/2014	30/09/2013
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	679.433	542.650
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(49.468)	(28.188)
Efeito Líquido no Resultado	**629.965**	**514.462**

O valor do encargo capitalizado no montante de R$49.468 foi excluído na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Captações de Recursos

As captações de recursos durante o período de janeiro a setembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
KFW (GT)	2024	1,78	9.916
Total em Moeda Estrangeira			**9.916**
Moeda Nacional			
Debêntures – 4ª Emissão (GT)	2016	CDI + 0,85	505.368
FINEP (GT)	2018	TJLP + 8,00	3.485
Nota Promissória – 5ª Emissão (GT)	2015	106,85 do CDI	1.400.000
Nota Promissória – 7ª Emissão (D)	2015	105,00 do CDI	1.210.000
Total em Moeda Nacional			**3.118.853**
Total de Captações			**3.128.769**

Em janeiro de 2014, a Cemig GT concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$10 na data de emissão, qual seja, 23 de dezembro de 2013, totalizando R$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Emissora, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos a contar da data de emissão, em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples com esforços restritos de colocação da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em abril de 2014, a CEMIG D concluiu a 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 121 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R$10.000 na data de emissão, qual seja, 8 de abril de 2014, totalizando R$1.210.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados ao pagamento de dívidas e à realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 03 de abril de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 105% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a CEMIG GT concluiu a 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R$10.000 na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R$1.400.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano pela Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 22 de junho de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 106,85% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Covenants Financeiros	Vencimento	30/09/2014	31/12/2013
CEMIG GT Gov. Estado MG (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IGP-M	Não há	2031	63.210	59.352
CEMIG GT 2ª Série – 2ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,68	Não há	2015	532.888	1.024.686
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 0,90	Não há	2017	513.802	518.319
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,20	Não há	2022	803.987	782.247
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,00	Não há	2019	239.730	233.127
CEMIG GT 4ª Emissão (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 0,85	Não há	2016	543.890	-
CEMIG D (1) - 1º Série 3ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	2018	438.900	442.272
CEMIG D (1) - 2º Série 3ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,70	Não há	2021	1.226.413	1.188.288
CEMIG D (1) - 3º Série 3ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,10	Não há	2025	733.406	711.380
CAPIM BRANCO	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,80	Não há	2018	76.190	77.054
CEMIG D 2ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	2017	620.293	560.983
CEMIG D 1ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IGP-M + 10,50	Não há	2014	-	424.172
TOTAL						**5.792.709**	**6.021.880**

(1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria;
(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R$50 milhões (*cross-default*);

A controlada Cemig GT possui contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no qual a Cemig é garantidora, com cláusula restritiva ("*covenant*") atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora	Maior ou igual a 30,00%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Reserva Global de Reversão - RGR	51.598	57.574
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	20.738	12.139
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.161	3.163
Eficiência Energética	133.086	123.419
Pesquisa e Desenvolvimento	95.347	103.070
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.134	3.305
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.997	6.457
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	5.102	5.110
Encargo de Capacidade Emergencial	31.010	31.018
	350.380	**346.462**
Passivo Circulante	**130.100**	**153.437**
Passivo Não Circulante	**220.280**	**193.025**

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	**39.741**	**48.535**	**1.402**	**35.639**	**125.317**
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	3.700	4.779	142	3.380	12.001
Contribuições Pagas	(3.929)	(3.012)	(90)	(397)	(7.428)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2014	**39.512**	**50.302**	**1.454**	**38.622**	**129.890**
Passivo Circulante em 30 de setembro de 2014					**8.043**
Passivo Não Circulante em 30 de setembro de 2014					**121.847**

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	**807.739**	**1.011.719**	**28.677**	**600.593**	**2.448.728**
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	75.193	98.623	2.801	57.513	234.130
Contribuições Pagas	(79.909)	(50.656)	(1.558)	(9.000)	(141.123)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2014	**803.023**	**1.059.686**	**29.920**	**649.106**	**2.541.735**
Passivo Circulante em 30 de setembro de 2014					**149.331**
Passivo Não Circulante em 30 de setembro de 2014					**2.392.404**

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2014
Trabalhistas	**146.229**	**63.607**	**(11.612)**	**(21.392)**	**176.832**
Cíveis					
Relações de Consumo	29.102	7.273	(9.568)	(7.106)	19.701
Outras ações cíveis	23.097	6.983	(6.205)	(3.941)	19.934
	52.199	**14.256**	**(15.773)**	**(11.047)**	**39.635**
Tributárias	26.027	23.411	(7.827)	(15.538)	26.073
Ambientais	1.179	34	(833)	-	380
Regulatórias	50.228	5.663	(22.506)	(149)	33.236
Outras	30.523	3.692	(2.151)	(525)	31.539
Total	**306.385**	**110.663**	**(60.702)**	**(48.651)**	**307.695**

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2014
Trabalhistas	**25.973**	**18.621**	**(7.538)**	**(10.020)**	**27.036**
Cíveis					
Relações de Consumo	6.679	444	(3.418)	(340)	3.365
Outras ações cíveis	6.266	563	(6.205)	(562)	62
	12.945	**1.007**	**(9.623)**	**(902)**	**3.427**
Tributárias	7.356	2.425	(971)	(1.854)	6.956
Ambientais	276	28		-	304
Regulatórias	20.394	5.036	(2.952)	(6)	22.472
Outras	770	285	-	-	1.055
Total	**67.714**	**27.402**	**(21.084)**	**(12.782)**	**61.250**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$626.503 (R$476.679 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$176.832 foram provisionados (R$146.229 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$32.221 (R$61.458 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$19.701 (R$29.102 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$163.952 (R$131.719 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$19.934 (R$23.097 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$194.463 (R$98.691 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$26.073 foram provisionados (R$26.027 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$4.200 (R$5.263 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$380 foram provisionados (R$1.179 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$182.154 (R$180.293 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$33.236 (R$50.228 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O valor provisionado foi de R$22.810 (R$20.020 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$168.749 (R$91.356 m 31 de dezembro de 2013), dos quais R$8.729 foram provisionados (R$10.503 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Trabalhistas – mão de obra terceirizada

A Companhia é parte em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho onde se discute a terceirização da mão de obra em suas atividades-fim. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$365 (R$59.004 em 31 de dezembro de 2013), e representaria uma possível penalidade caso a Companhia descumprisse a obrigação de fazer no prazo determinado judicialmente. Em decorrência da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) favorável à Companhia em setembro de 2014, quanto à improcedência da ação, a discussão relativa à penalidade para descumprimento da obrigação de fazer foi desconsiderada, sendo considerada, apenas, a discussão relativa à indenização por dano moral coletivo, cuja probabilidade de perda foi mantida como possível com base na opinião de seus assessores jurídicos.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$233.842 (R$218.832 em 31 de dezembro de 2013).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas no período de janeiro de 2007 a março de 2011: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$1.190.095 (R$824.286 em 31 de dezembro de 2013). O aumento da contingência decorre de novos autos de infração emitidos pela Receita Federal do Brasil, notificados à Companhia em agosto de 2014, relativos ao período de janeiro de 2009 a março de 2011. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei n° 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R$238.682 (R$302.230 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia por acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota, motivo da redução apresentada no período.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado, de R$421.354 (R$363.124 em 31 de dezembro de 2013), classificada como probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R$1.617 (R$16.732 em 31 de dezembro de 2013). Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$85.646. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

<u>Questões Regulatórias</u>

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada, em R$1.418.911 (R$1.290.887 em 31 de dezembro de 2013), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$189.738 (R$146.057 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$122.522 (R$108.893 em 31 de dezembro de 2013). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$184.346 (R$142.496 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R$225.721 (R$182.451 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por se tratar de uma ação inédita com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. O montante desta contingência é de R$57.528, em 30 de setembro de 2014. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por se tratar de uma fiscalização inédita a cerca da aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R$1.014.467 (R$1.800.804 em 31 de dezembro de 2013), bem como reavaliou as probabilidades de riscos dessas contingências em R$501.724 para perda possível e R$512.743 para perda remota. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R$73.406 (R$107.697 em 31 de dezembro de 2013).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão "possível". O valor da contingência é de R$59.971, em 30 de setembro de 2014.

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato – Programa Luz Para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R$176.209 (R$155.150 em 31 de dezembro de 2013) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela CEMIG para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$322.988 e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2014, o Capital Social da Companhia é de R$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R$5,00.

Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações é como segue:

Quantidade de ações	30/09/2014	30/09/2013
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	**1.258.841.654**
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)
Total	**1.258.280.936**	**1.258.280.936**

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação em 30 de setembro de 2014 e 2013 foram de R$1,60 e R$1,80, respectivamente, e para os lucros por ação para os períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foram de R$0,02 e R$0,63, respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em cada um dos períodos mencionados.

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Dividendos Extraordinários

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de junho de 2014, deliberou pagar dividendos extraordinários no montante de R$1.704.000, o que corresponde a R$ 1,354228576 por ação.

O pagamento dos dividendos foi realizado em duas parcelas, R$1.100.000, correspondente a R$ 0,874208588 por ação, pagos em julho de 2014, e R$604.000, correspondente a R$ 0,480019988 por ação, pagos em setembro de 2014.

Faziam jus aos referidos benefícios todos os titulares de ações constantes do "Livro de Registro de Ações Nominativas" em 27 de junho de 2014, para os fins previstos no art. 205 da Lei 6.404/76.

Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados - controladora	(6.154)	(6.154)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Imobilizado	800.189	850.247
Ajustes de Conversão de Balanço	20.718	17.498
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(281.761)	(281.770)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	29	(287)
	539.175	585.688
Ajustes de avaliação patrimonial	**533.021**	**579.534**

22. RECEITA

	Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	12.392.935	10.850.831
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD) (b)	629.957	776.962
Receita de Transmissão (c)	405.576	322.224
Receita de Indenização da Transmissão (d)	63.315	-
Receita de Construção de Transmissão (e)	48.011	80.696
Receita de Construção de Distribuição (e)	546.100	616.958
Transações com energia na CCEE (f)	2.278.073	853.414
Outras Receitas Operacionais (g)	957.299	737.255
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (h)	(3.990.847)	(3.575.860)
Receita Operacional líquida	**13.330.419**	**10.662.480**

	Consolidado	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	4.290.605	3.850.195
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD) (b)	215.936	205.238
Receita de Transmissão (c)	118.933	116.897
Receita de Construção de Transmissão (e)	10.919	37.117
Receita de Construção de Distribuição (e)	221.951	195.132
Transações com energia na CCEE (f)	10.789	13.026
Outras Receitas Operacionais (g)	306.956	290.850
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (h)	(1.344.200)	(1.162.559)
Receita Operacional líquida	**3.831.889**	**3.545.896**

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R$	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Residencial	7.457.446	7.039.710	3.804.315	3.376.989
Industrial	19.324.882	17.186.013	3.523.115	2.946.057
Comércio, Serviços e Outros	4.717.548	4.468.740	2.020.357	1.743.088
Rural	2.536.460	2.245.794	668.069	553.382
Poder Público	653.516	636.012	274.954	243.880
Iluminação Pública	966.373	947.598	261.787	232.758
Serviço Público	956.732	925.918	272.702	239.706
Subtotal	**36.612.957**	**33.449.785**	**10.825.299**	**9.335.860**
Consumo Próprio	27.666	25.724	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	129.932	(37.759)
	36.640.623	**33.475.509**	**10.955.231**	**9.298.101**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	10.139.031	11.692.287	1.437.704	1.552.730
Total	**46.779.654**	**45.167.796**	**12.392.935**	**10.850.831**

	MWh (1)		R$	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Residencial	2.430.126	2.343.749	1.296.048	1.096.310
Industrial	6.689.014	6.002.381	1.243.785	1.032.581
Comércio, Serviços e Outros	1.478.982	1.436.847	671.435	562.534
Rural	947.761	910.719	254.873	209.113
Poder Público	208.582	209.886	93.735	80.421
Iluminação Pública	323.305	317.629	93.597	77.680
Serviço Público	348.829	316.123	101.257	80.566
Subtotal	**12.426.599**	**11.537.334**	**3.754.730**	**3.139.205**
Consumo Próprio	8.611	8.338	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	17.387	77.772
	12.435.210	**11.545.672**	**3.772.117**	**3.216.977**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.031.021	4.032.768	518.488	633.218
Total	**15.466.231**	**15.578.440**	**4.290.605**	**3.850.195**

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de "livres", com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres são cobrados separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão é composta da seguinte forma:

- Receita de Concessão de Transmissão, que inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, decorrente dos ativos de transmissão pertencentes às unidades geradoras.

d) Receita de Indenização da Transmissão

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R$63.315 , referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado.

e) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

f) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

g) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Serviço Taxado	6.978	8.052
Serviço de Telecomunicações	98.263	97.454
Prestações de Serviços	86.911	92.254
Aluguel e Arrendamento	59.891	14.878
Subvenções (*)	586.677	488.725
Outras	118.579	35.892
	957.299	**737.255**

	Consolidado	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Serviço Taxado	2.649	2.103
Serviço de Telecomunicações	31.918	26.071
Prestações de Serviços	28.916	36.564
Aluguel e Arrendamento	20.442	14.086
Subvenções (*)	201.409	181.596
Outras	21.622	30.430
	306.956	**290.850**

(*)Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

h) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.307.203	2.072.591
COFINS	1.112.264	961.927
PIS-PASEP	241.444	208.856
Outros	4.208	3.389
	3.665.119	**3.246.763**
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	32.055	79.225
Programa de Eficiência Energética – PEE	32.657	29.886
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	154.034	100.035
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	25.487
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	36.079	30.557
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	35.944	22.904
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	18.027	13.248
Encargos do Consumidor - PROINFA	22.587	19.526
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09) (1)	(5.655)	8.229
	325.728	**329.097**
	3.990.847	**3.575.860**

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no período de janeiro a setembro de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

	Consolidado	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Tributos sobre a Receita		
ICMS	793.420	674.631
COFINS	360.513	323.969
PIS-PASEP	78.267	70.363
Outros	1.462	1.209
	1.233.662	**1.070.172**
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	10.326	19.052
Programa de Eficiência Energética – PEE	11.401	9.679
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	57.482	34.292
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	9.462	8.933
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	9.463	8.933
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	4.732	4.467
Encargos do Consumidor - PROINFA	7.672	7.031
	110.538	**92.387**
	1.344.200	**1.162.559**

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal (a)	898.898	996.521	27.860	38.383
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	193.284	109.961	12.372	8.948
Obrigações Pós-Emprego	158.937	125.871	8.301	8.285
Materiais	252.738	96.370	88	131
Serviços de Terceiros (b)	663.304	650.049	12.255	6.623
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	5.281.905	3.727.564	-	-
Depreciação e Amortização	587.488	573.714	383	324
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	94.860	93.996	-	-
Provisões Operacionais (d)	147.623	146.942	6.318	8.050
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	536.171	396.275	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	594.111	697.654	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	343.933	292.515	18.493	25.849
	9.753.252	**7.907.432**	**86.070**	**96.593**

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Pessoal (a)	299.013	290.789	8.073	11.820
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	56.875	38.378	4.616	3.453
Obrigações Pós-Emprego	52.979	41.957	2.767	2.762
Materiais	95.480	16.688	30	64
Serviços de Terceiros (b)	238.616	211.046	3.883	2.342
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.783.923	1.452.854	-	-
Depreciação e Amortização	202.964	186.589	129	123
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	25.236	31.143	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	100.800	33.644	11.534	(22.907)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	201.945	142.183	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	232.870	232.249	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	128.986	115.417	6.716	8.332
	3.419.687	**2.792.937**	**37.748**	**5.989**

a) Despesas com pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Remunerações e Encargos	792.609	764.500	31.135	30.373
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	53.993	52.381	3.390	3.559
Benefícios Assistenciais	99.111	98.052	2.277	3.092
	945.713	**914.933**	**36.802**	**37.024**
Provisão (Reversão) de Programa de Desligamento Voluntário de empregados	(68)	109.576	20	3.411
(-) Custos com Pessoal Transferidos para o Ativo	(46.747)	(27.988)	(8.962)	(2.052)
	(46.815)	**81.588**	**(8.942)**	**1.359**
	898.898	**996.521**	**27.860**	**38.383**

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Remunerações e Encargos	261.833	246.292	7.932	7.492
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	16.939	16.768	1.038	1.230
Benefícios Assistenciais	32.951	33.443	659	914
	311.723	**296.503**	**9.629**	**9.636**
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário de empregados	295	935	41	98
(-) Custos (Reversão de Custos) com Pessoal Transferidos para o Ativo	(13.005)	(6.649)	(1.597)	2.086
	(12.710)	**(5.714)**	**(1.556)**	**2.184**
	299.013	**290.789**	**8.073**	**11.820**

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	134.072	132.948	-	-
Comunicação	43.469	47.266	549	481
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	165.158	153.319	37	83
Conservação e Limpeza de Prédios	65.809	62.798	113	93
Mão de Obra Contratada	5.546	14.354	-	10
Fretes e Passagens	7.465	5.161	1.501	1.273
Hospedagem e Alimentação	12.823	9.778	380	283
Vigilância	18.412	15.952	-	-
Consultoria	15.207	7.992	3.198	1.582
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	26.715	18.016	326	25
Manutenção e Conservação de Veículos	9.199	6.783	34	18
Corte e Religação	12.168	14.681	-	-
Meio Ambiente	20.340	18.252	-	-
Serviços Advocatícios	21.230	20.642	4.289	1.819
Custas Processuais	1.687	2.601	54	94
Poda de Árvores	15.737	16.673	-	-
Limpeza de Faixa	21.648	23.295	-	-
Reprografia e Publicações Legais	5.736	5.498	407	130
Inspeção de Unidades Consumidoras	3.202	3.339	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	3.868	4.414	-	-
Manutenção de Aeronaves	284	762	-	-
Outras Despesas	53.529	65.525	1.367	732
	663.304	**650.049**	**12.255**	**6.623**

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	45.247	43.799	-	-
Comunicação	14.736	10.225	176	175
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos (Recuperação de Despesas)	55.053	48.368	2	(21)
Conservação e Limpeza de Prédios	24.369	23.628	53	55
Mão de Obra Contratada	1.520	4.268	-	10
Fretes e Passagens	2.279	2.274	235	610
Hospedagem e Alimentação	4.694	3.954	102	88
Vigilância	6.495	7.074	-	-
Consultoria	8.829	3.001	1943	511
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	9.082	10.548	200	19
Manutenção e Conservação de Veículos	3.054	2.156	7	5
Corte e Religação	5.031	3.856	-	-
Meio Ambiente	8.189	6.219	-	-
Serviços Advocatícios	6.128	7.940	438	994
Custas Processuais	517	916	19	21
Poda de Árvores	5.880	5.897	-	-
Limpeza de Faixa	9.061	7.932	-	-
Reprografia e Publicações Legais	2.603	2.092	217	9
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.005	1.307	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	1.195	1.074	-	-
Manutenção de Aeronaves	44	161	-	-
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	23.605	14.357	491	(134)
	238.616	**211.046**	**3.883**	**2.342**

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Energia de Itaipu Binacional	610.958	750.369
Contratos por Cotas de Garantia Física	164.077	170.955
Cotas das Usinas de Angra I e II	133.220	112.558
Energia de curto prazo	982.082	219.694
PROINFA	197.411	191.128
Contratos Bilaterais	282.389	244.365
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.137.471	1.450.475
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.263.511	911.842
Créditos de PASEP-COFINS	(489.214)	(323.822)
	5.281.905	**3.727.564**

	Consolidado	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Energia de Itaipu Binacional	208.304	272.637
Contratos por Cotas de Garantia Física	53.869	60.511
Cotas das Usinas de Angra I e II	44.406	37.519
Energia de curto prazo	85.352	165.044
PROINFA	65.803	63.710
Contratos Bilaterais	106.613	90.930
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	920.856	487.633
Energia adquirida no Ambiente Livre	465.309	394.652
Créditos de PASEP-COFINS	(166.589)	(119.782)
	1.783.923	**1.452.854**

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	89.506	50.056	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	51.995	105.520	11.082	28.045
Cíveis	(1.517)	(24.750)	(8.616)	(11.632)
Tributárias	15.584	4.769	1.455	(732)
Ambientais	(799)	(4.212)	28	(717)
Regulatórias	(16.843)	15.260	2.084	(5.249)
Outras	1.541	299	285	(1.665)
	49.961	**96.886**	**6.318**	**8.050**
Provisão para Perdas de Investimentos	8.156	-	-	-
	147.623	**146.942**	**6.318**	**8.050**

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	40.981	15.555	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	40.868	31.166	7.458	(5.272)
Cíveis	(2.474)	(33.757)	(1.688)	(24.904)
Tributárias	7.068	3.752	501	(71)
Ambientais	7	(4.201)	7	(244)
Regulatórias	5.147	2.863	5.031	(615)
Outras	1.047	18.266	225	8.199
	51.663	**18.089**	**11.534**	**(22.907)**
Provisão para Perdas de Investimentos	8.156	-	-	-
	100.800	**33.644**	**11.534**	**(22.907)**

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal e Administradores	39.517	19.495
Materiais	259.100	296.389
Serviços de Terceiros	249.756	333.915
Outras	45.738	47.855
	594.111	**697.654**

	Consolidado	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Pessoal e Administradores	14.850	2.392
Materiais	106.339	102.303
Serviços de Terceiros	93.925	112.331
Outras	17.756	15.223
	232.870	**232.249**

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Arrendamentos e Aluguéis	80.557	77.329	258	697
Propaganda e Publicidade	16.115	1.983	1.270	415
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.552	8.847	-	-
Subvenções e Doações	22.286	16.910	1.500	1.695
Taxa de Fiscalização da ANEEL	26.976	29.977	-	-
Concessão Onerosa	17.610	16.575	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	81.089	58.335	235	194
Seguros	6.459	5.991	2.151	2.094
Anuidade CCEE	5.353	6.127	2	2
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	40.752	35.980	32	1
FORLUZ – Custeio Administrativo	16.642	16.735	817	822
Outras Despesas	18.542	17.726	12.228	19.929
	343.933	**292.515**	**18.493**	**25.849**

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Arrendamentos e Aluguéis	26.950	27.334	127	231
Propaganda e Publicidade	7.570	54	54	400
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.697	1.867	-	-
Subvenções e Doações	10.949	7.484	1.500	1.676
Taxa de Fiscalização da ANEEL	9.506	9.508	-	-
Concessão Onerosa	5.963	5.099	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	25.316	23.199	69	31
Seguros	1.852	1.865	632	744
Anuidade CCEE	1.826	2.033	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	8.156	30.456	-	1
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.520	5.570	271	274
Outras Despesas	21.681	948	4.063	4.975
	128.986	**115.417**	**6.716**	**8.332**

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	236.281	201.685	45.073	61.851
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	125.063	121.471	-	-
Variações Cambiais	13.849	10.630	-	-
Variações Monetárias	17.065	9.986	644	625
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	1.005	-	-
Atualização Monetária do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	43.547	-	43.547
Multas Contratuais	7.665	15.889	-	-
Outras	22.260	26.038	6.028	5.861
	422.183	**430.251**	**51.745**	**111.884**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(630.357)	(514.522)	-	(21.460)
Variações Cambiais	(10.099)	(29.444)	(15)	(5)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(190.207)	(154.110)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(8.508)	(16.476)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(75.193)	(70.101)	(3.700)	(3.449)
Ajuste a Valor Presente	(9.286)	-	-	-
Atualização do Ativo Financeiro	(31.402)	-	-	-
Outras	(55.292)	(80.035)	(410)	(458)
	(1.010.344)	**(864.688)**	**(4.125)**	**(25.372)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(588.161)**	**(434.437)**	**47.620**	**86.512**

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	78.696	96.359	16.898	33.364
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	38.248	33.869	-	-
Variações Cambiais	-	2.462	-	-
Variações Monetárias	4.883	3.305	134	95
PASEP/COFINS sobre receita financeira	-	3.348	-	-
Multas Contratuais	1.620	3.410	-	-
Ajuste a Valor Presente	(992)	(983)	-	-
Outras	9.436	5.642	2.704	1.980
	131.891	**147.412**	**19.736**	**35.439**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(258.475)	(179.233)	-	-
Variações Cambiais	(8.218)	(18.620)	(7)	(1)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(5.371)	(30.309)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	3.045	(8.628)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(17.202)	(16.258)	(847)	(800)
Ajuste a Valor Presente	(9.286)	-	-	-
Atualização do Ativo Financeiro	(30.075)	-	-	-
Outras	(19.350)	(13.679)	(18)	(157)
	(344.932)	**(266.727)**	**(872)**	**(958)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(213.041)**	**(119.315)**	**18.864**	**34.481**

Todas as variações expressivas nas contas de resultado são explicadas no comentário de desempenho, neste relatório.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	204	530	2.727	1.139	6.752	15.073	(2.565)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	95.086	-	-	-	-	-	-	-
Cia Centroeste de Minas								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	34	50	-	-	(342)	(325)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	930	930	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	102	63	-	-	(594)	(986)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	5.946	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	785	634	-	-	(4.388)	(9.383)
Companhia Transleste de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	100	93	-	-	(454)	(407)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	634	-	-	-	-	-	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	4.102	3.253	-	-	(23.798)	(21.691)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia S.A								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	520	331	-	-	(4.378)	(4.175)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	18.245	5.968	-	-	-	-	-	-
Light Ger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	-	-	-	-	(8.146)	(920)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.122	-	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	472	-	-	-	(77.904)	-
Hidroelétrica Pipoca S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	1.999	-	-	-	-	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	225	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (2)	12.361	20.695	-	-	75.851	64.142	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	1.022	1.016	-	-	(452)	(516)
Não Circulante								
Financiamentos – BDMG	-	-	9.022	7.365	-	-	-	-
Debêntures (3)	-	-	63.210	59.352	-		(3.858)	(4.690)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	62.986	57.437	-	-	(75.193)	(70.101)
Despesa com pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(53.993)	(52.382)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(16.640)	(16.733)
Arrendamento Operacional (7)	-	-	1.434	1.404	-	-	(12.984)	(12.527)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (4)	-	-	740.033	750.302	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	73.551	67.775	-	-	(101.424)	(68.599)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	1.016.055	972.622	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

(1) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
(2) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
(3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Os contratos foram ajustados a valor presente, conforme CPC 12.
(4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e serão amortizados até o exercício de 2024;
(5) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(7) Aluguel do edifício sede;
(8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados;

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15, 17, 19, 22 e 23.

Aumento de participação em investimento

Foi alienada pela Andrade Gutierrez Participações S.A. a participação de 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. para um fundo de investimento em participações do qual a Cemig GT é investidora. Mais detalhes disponíveis na Nota Explicativa nº 12.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis intermediárias, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/09/2014	Vencimento
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	1.091.343	2042
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	982.604	2034
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	310.468	2037
Guanhães	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	37.957	2014
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	10.594	2023
				3.116.581	

Em 30 de setembro de 2014, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros no fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras correspondentes à participação da Cemig e suas controladas no fundo de investimento, em 30 de setembro de 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig Controladora 14,79%	Cemig GT 4,74%	Cemig D 17,59%	Demais empresas controladas 9,41%
Guanhães	Debêntures	106,00% do CDI	20/10/2014	11.460	3.669	13.627	7.293
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	1.593	510	1.894	1.014
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	8.037	2.573	9.557	5.115
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	1.535	491	1.825	977
Guanhães	Notas Promissórias	110,00% do CDI	11/10/2014	14.032	4.492	16.685	8.929
Cemig GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	3.047	976	3.623	1.939
				39.704	**12.711**	**47.211**	**25.267**

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	30/09/2014	30/09/2013
Remuneração	6.418	6.087
Participação nos Resultados	1.775	1.722
Benefícios Pós Emprego	619	583
Benefícios Assistenciais	217	92
Total	**9.029**	**8.484**

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos incialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo :

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 (Medida Provisória 579) e os Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,85%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a IPCA + 6,00%, CDI + 0,65% a CDI + 0,90%, IGPM + 4,70 a IGPM + 6,00%, taxa fixa 8,5% a 11,07% a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis;

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	71.978	71.978	74.713	74.713
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	1.254.766	1.254.766	2.127.114	2.127.114
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.087.477	2.087.477	2.092.038	2.092.038
Concessionários – Transporte de Energia	250.702	250.702	248.808	248.808
Ativos Financeiros da Concessão	886.181	886.181	779.135	779.135
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	681.943	681.943	174.613	174.613
Depósitos Vinculados a Litígios	1.234.014	1.234.014	1.180.274	1.180.274
Fundos Vinculados	1.187	1.187	1.877	1.877
	6.468.248	**6.468.248**	**6.678.572**	**6.678.572**
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão	5.610.467	5.610.467	5.063.802	5.063.802
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	220.243	216.740	385.582	384.755
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	781.565	781.565	637.712	637.712
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.534.932	1.534.932	1.066.358	1.066.358
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	11.805.723	11.907.689	9.457.364	9.620.195
Concessões a Pagar	174.822	250.150	172.395	267.000
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	803.023	803.023	807.739	807.739
	14.318.500	**14.495.794**	**11.503.856**	**11.761.292**

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção *(hedge)* aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2014, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item "b".

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2014		31/12/2013	
	Moeda Estrangeira	R$	Moeda Estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	10.932	26.795	16.975	39.765
Fornecedores (Itaipu Binacional)	59.932	140.890	76.982	179.924
	70.864	167.685	93.957	219.689
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (Nota 17)	4.944	15.302	1.974	6.384
Passivo Líquido Exposto		**182.987**		**226.073**

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2015 será uma valorização de 3,02% para o dólar (R$2,525) e uma valorização de 1,97% para o Euro (R$3,156). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2014	Cenário Provável	Cenário I Depreciação Cambial 25,00%	Cenário II Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	26.795	27.604	34.505	41.406
Fornecedores (Itaipu Binacional)	140.890	145.144	181.430	217.716
	167.685	172.748	215.935	259.122
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	15.302	15.604	19.504	23.405
Passivo Líquido Exposto	**182.987**	**188.352**	**235.439**	**282.527**
Efeito Líquido da Variação Cambial		**5.365**	**52.452**	**99.540**

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R$45.234 (R$50.511, em 31 de dezembro de 2013).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	1.254.766	2.127.114
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.001.808	1.023.294
Fundos Vinculados	1.187	1.877
	2.257.761	3.152.285
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 17)	(7.133.740)	(3.944.258)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 17)	(130.151)	(141.741)
	(7.263.891)	(4.085.999)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	**(5.006.130)**	**(933.714)**

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que , em um cenário provável em 30 de setembro de 2015, as taxas SELIC e TJLP serão de 12% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2014	30/09/2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 12,00% TJLP 5,00%	Cenário I SELIC 15,00% TJLP 6,25%	Cenário II SELIC 18,00% TJLP 7,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 4)	1.254.766	1.405.338	1.442.981	1.480.624
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.001.808	1.122.025	1.152.079	1.182.133
Fundos Vinculados	1.187	1.329	1.365	1.401
	2.257.761	**2.528.692**	**2.596.425**	**2.664.158**
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(7.133.740)	(7.989.789)	(8.203.801)	(8.417.813)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 17)	(130.151)	(136.659)	(138.285)	(139.912)
	(7.263.891)	**(8.126.448)**	**(8.342.086)**	**(8.557.725)**
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	**(5.006.130)**	**(5.597.756)**	**(5.745.661)**	**(5.893.567)**
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		**(591.626)**	**(739.531)**	**(887.437)**

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2014	31/12/2013
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (Nota 11)*	4.980.896	5.597.390
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (Nota 17)	(4.156.903)	(4.500.896)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (Nota 17)	(63.210)	(483.524)
	(4.220.113)	(4.984.420)
Ativo Líquido Exposto	**760.783**	**612.970**

(*) Valor do ativo financeiro homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2015, as taxas IPCA e IGP-M serão de 6,49% e 4,22%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2014	30/09/2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 6,49% IGP-M 4,22%	Cenário I IPCA 8,11% IGP-M 5,28%	Cenário II IPCA 9,74% IGP-M 6,33%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (Nota 11)	4.980.896	5.191.090	5.243.887	5.296.187
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (Nota 17)	(4.156.903)	(4.426.686)	(4.494.028)	(4.561.785)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (Nota 17)	(63.210)	(65.877)	(66.547)	(67.211)
	(4.220.113)	(4.492.563)	(4.560.575)	(4.628.996)
Ativo Líquido Exposto	760.783	698.526	683.312	667.191
Efeito Líquido da Variação do IPCA/IGP-M		(62.257)	(77.471)	(93.592)

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até as datas dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	640.218	941.559	3.610.079	6.482.486	4.606.516	16.280.858
Concessões a pagar	1.861	5.486	13.663	62.889	153.282	237.181
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	18.047	27.442	75.456	512.741	748.486	1.382.172
	660.126	**974.487**	**3.699.198**	**7.058.116**	**5.508.284**	**17.900.211**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.436.146	-	-	-	-	1.436.146
	2.096.272	**974.487**	**3.699.198**	**7.058.116**	**5.508.284**	**19.336.357**

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	888	1.350	3.712	25.227	36.826	68.003
	888	**1.350**	**3.712**	**25.227**	**36.826**	**68.003**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	6.340	-	-	-	-	6.340
	7.228	**1.350**	**3.712**	**25.227**	**36.826**	**74.343**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída em 30 de setembro de 2014, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$626.866.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco % do PL (1)
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R$1,0 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R$400 milhões e R$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A controlada Cemig GT possui contrato de financiamento com cláusula restritiva ("*covenant*"), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devido a cláusulas de *cross-default*. O não atendimento destas cláusulas, verificado anualmente no final do exercício, poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2013, instrumentos derivativos contratados com o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não eram utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 30 de setembro de 2013 no montante de R$1.005, registrado no resultado financeiro. As operações com derivativos foram liquidadas no decurso de 2013, portanto, a Companhia não possui, em 30 de setembro de 2014 nenhuma operação desta natureza em aberto.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 30 de setembro de 2014 é apresentada a seguir:

	30/09/2014	31/12/2013
Total do Passivo	19.031.259	17.175.785
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.326.744)	(2.201.827)
(-) Fundos Vinculados	(1.187)	(1.877)
Passivo Líquido	**17.703.328**	**14.972.081**
Total do Patrimônio Líquido	**12.903.164**	**12.638.357**
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	**1,37**	**1,18**

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de setembro de 2014	Valor justo em 30 de setembro de 2014		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	184.507	-	184.507	
Letras Financeiras - Bancos	299.139	-	299.139	-
Letras Financeiras do Tesouro	150.656	150.656	-	
Debêntures	139.483	-	139.483	-
Outros	7.779	-	7.779	-
	781.564	**150.656**	**630.908**	**-**
Fundos Vinculados	1.187	-	1.187	-
Ativos Financeiros da Concessão	6.207.370	-	-	6.207.370
	6.990.121	**150.656**	**632.095**	**6.207.370**

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo a partir de 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

28. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de janeiro a setembro de 2014 e 2013 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**11.166.765**	**3.583.853**	**14.443.132**	**330.674**	**569.321**	**2.478.595**	**(637.917)**	**31.934.423**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**2.762.588**	**48.011**	**546.100**	**45.548**	**-**	**14.101**	**--**	**3.416.348**
RECEITA LÍQUIDA	**5.697.916**	**265.570**	**7.437.914**	**86.779**		**67.037**	**(224.797)**	**13.330.419**
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.376.867)	-	(4.017.276)	-	-	-	112.238	(5.281.905)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(206.600)	(208)	(414.671)	-	-	-	85.308	(536.171)
Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica	**(1.583.467)**	**(208)**	**(4.431.947)**	**-**	**-**	**-**	**197.546**	**(5.818.076)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(147.474)	(75.887)	(634.019)	(9.672)	-	(31.846)	-	(898.898)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(30.269)	(13.100)	(136.473)	(1.071)	-	(12.371)	-	(193.284)
Obrigações Pós-Emprego	(25.818)	(10.299)	(114.519)	-	-	(8.301)	-	(158.937)
Materiais	(211.751)	(3.913)	(36.909)	(55)	-	(110)	-	(252.738)
Serviços de Terceiros	(102.130)	(26.600)	(529.559)	(16.857)	-	(12.888)	24.730	(663.304)
Depreciação e Amortização	(239.071)	-	(318.011)	(25.873)	-	(4.533)	-	(587.488)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(94.860)	-	-	-	-	-	-	(94.860)
Provisões (Reversões) Operacionais	(21.886)	(9.557)	(109.815)	(50)	-	(6.315)	-	(147.623)
Custos de Construção	-	(48.011)	(546.100)	-	-	-	-	(594.111)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(69.113)	(22.174)	(213.647)	(19.895)	-	(21.625)	2.521	(343.933)
Total do Custo de Operação	**(942.372)**	**(209.541)**	**(2.639.052)**	**(73.473)**	**-**	**(97.989)**	**27.251**	**(3.935.176)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(2.525.839)**	**(209.749)**	**(7.070.999)**	**(73.473)**	**-**	**(97.989)**	**224.797**	**(9.753.252)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	**3.172.077**	**55.821**	**366.915**	**13.306**	**-**	**(30.952)**	**-**	**3.577.167**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(324.554)	302.131	20.419	(19.738)	47.159	8.456	-	33.873
Receitas Financeiras	98.522	36.148	227.240	3.899	-	56.374	-	422.183
Despesas Financeiras	(248.429)	(188.789)	(566.521)	(2.302)	-	(4.303)	-	(1.010.344)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**2.697.616**	**205.311**	**48.053**	**(4.835)**	**47.159**	**29.575**	**-**	**3.022.879**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.033.910)	32.517	(192.567)	(5.458)	-	(9.938)	-	(1.209.356)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.779	-	171.338	779	-	16.600	-	206.496
RESULTADO	**1.681.485**	**237.828**	**26.824**	**(9.514)**	**47.159**	**36.237**	**-**	**2.020.019**

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**9.528.261**	**3.966.158**	**14.216.435**	**337.752**	**570.691**	**2.506.608**	**(411.796)**	**30.714.109**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**250.154**	**83.448**	**616.958**	**22.525**	**-**	**-**	**-**	**973.085**
RECEITA LÍQUIDA	**3.742.207**	**198.000**	**6.799.591**	**84.797**	**-**	**70.094**	**(232.209)**	**10.662.480**
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(935.052)		(2.925.655)	-	-	(9)	133.152	(3.727.564)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(193.218)	(219)	(275.725)	-	-	-	72.887	(396.275)
Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica	**(1.128.270)**	**(219)**	**(3.201.380)**	**-**	**-**	**(9)**	**206.039**	**(4.123.839)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(168.877)	(79.150)	(694.898)	(9.770)	-	(43.826)	-	(996.521)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(30.102)	(14.559)	(54.895)	(1.021)	-	(9.384)	-	(109.961)
Obrigações Pós-Emprego	(19.122)	(9.334)	(89.130)	-	-	(8.285)	-	(125.871)
Materiais	(56.831)	(3.082)	(36.121)	(100)	-	(236)	-	(96.370)
Serviços de Terceiros	(96.105)	(21.804)	(530.848)	(15.229)	-	(9.022)	22.959	(650.049)
Depreciação e Amortização	(232.772)		(313.483)	(22.972)	-	(343)	(4.144)	(573.714)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(93.996)		-	-	-	-	-	(93.996)
Provisões (Reversões) Operacionais	(5.527)	(2.712)	(127.185)	(17)	-	(11.359)	(142)	(146.942)
Custos de Construção	-	(80.696)	(616.958)	-	-	-	-	(697.654)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(46.081)	(14.082)	(191.218)	(13.637)	-	(26.881)	(616)	(292.515)
Total do Custo de Operação	**(749.413)**	**(225.419)**	**(2.654.736)**	**(62.746)**	**-**	**(109.336)**	**18.057**	**(3.783.593)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.877.683)**	**(225.638)**	**(5.856.116)**	**(62.746)**	**-**	**(109.345)**	**224.096**	**(7.907.432)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	**1.864.524**	**(27.638)**	**943.475**	**22.051**	**-**	**(39.251)**	**(8.113)**	**2.755.048**
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.098	438.747	122.574	(14.802)	62.614	(25.543)	-	599.688
Ganho (Perda) na Alienação das Ações da TBE	-	(94.080)	-	-	-	378.378	-	284.298
Lucro Não Realizado	-	-	-	-	-	(80.959)	-	(80.959)
Receitas Financeiras	74.567	24.131	211.394	4.158	-	116.001	-	430.251
Despesas Financeiras	(208.168)	(163.663)	(464.331)	(3.142)	-	(25.384)	-	(864.688)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**1.747.021**	**177.497**	**813.112**	**8.265**	**62.614**	**323.242**	**(8.113)**	**3.123.638**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(567.462)	87.598	(234.905)	(7.598)	-	(129.845)	-	(852.212)
RESULTADO	**1.179.559**	**265.095**	**578.207**	**667**	**62.614**	**193.397**	**(8.113)**	**2.271.426**

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Realização de acordo de investimento entre Renova Energia e Cemig GT para participação em novos parques eólicos

No dia 17 de julho foi celebrado um Acordo de Investimento entre a Cemig e a Renova para desenvolvimento de um projeto eólico na região de Jacobina na Bahia. Esse acordo previa a participação de 50% da Cemig no projeto. No dia 22 de outubro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a celebração deste Acordo do Investimento.

Conclusão da entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova

Em 27 de outubro de 2014, decorridos os prazos legais para o exercício do direito de preferência e da subscrição de sobras dos demais acionistas da Renova Energia S.A. ("Renova"), o Conselho de Administração da Renova homologou o aumento de seu Capital Social por meio da emissão de 87.196.901 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$17,7789 por ação, das quais 87.186.035 pertencentes à Cemig GT, no valor total de R$1.550.071, sendo R$810.129 mediante capitalização do AFAC feito pela Cemig GT e R$739.943 mediante cessão, à Renova, do AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley.

Após a homologação do referido aumento de capital, a participação da CEMIG GT na Renova passou a ser de 27,37% do capital social total e 36,62% do capital social votante, conforme quadro a seguir:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Bloco de controle	188.309.629	79,0	-	-	188.309.629	59,1
RR Participações	50.561.797	21,2	-	-	50.561.797	15,9
Light Energia	50.561.797	21,2	-	-	50.561.797	15,9
CEMIG GT	87.186.035	36,6	-	-	87.186.035	27,3
Outros Acionistas	49.786.482	21,0	80.408.816	100,0	130.195.298	40,9
RR Participações	9.560.093	4,0	-	-	9.560.093	3,0
BNDESPAR	9.311.425	3,9	18.622.850	23,2	27.934.275	8,8
InfraBrasil	11.651.467	4,9	23.302.933	29,0	34.954.400	11,0
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,3	10.940.586	13,6	16.410.879	5,2
Outros	13.793.204	5,9	27.542.447	34,2	41.335.651	12,9
Total	**238.096.111**	**100,0**	**80.408.816**	**100,0**	**318.504.927**	**100,0**

Conclusão do aumento de Participação na Gasmig

A Cemig concluiu a aquisição relativa ao contrato celebrado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás para aquisição dos 40% de participação da subsidiária Gaspetro na Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG), previamente aprovado pelos Conselhos de Administração da CEMIG e da Petrobrás. Após a referida aquisição, a Cemig passou a deter o controle sobre a GASMIG e a avaliação da alocação do preço de compra (identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos) está em andamento. Em 10 de outubro de 2014, efetuou o pagamento no valor de R$570.936, resultante da atualização monetária do valor de aquisição de R$600 milhões pelo IGPM, descontados os dividendos pagos entre a data base e o fechamento do acordo. A aquisição foi concluída após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a anuência do poder concedente do Estado de Minas Gerais.

Pagamento de dividendos extraordinários

O Conselho de Administração, em 07 de novembro de 2014, deliberou pagar dividendos extraordinários, utilizando a Reserva de Lucros Estatutária, no montante de R$1.100.000, que corresponde a R$ 0,874208588 por ação. O pagamento dos dividendos será realizado em 19 de dezembro de 2014.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

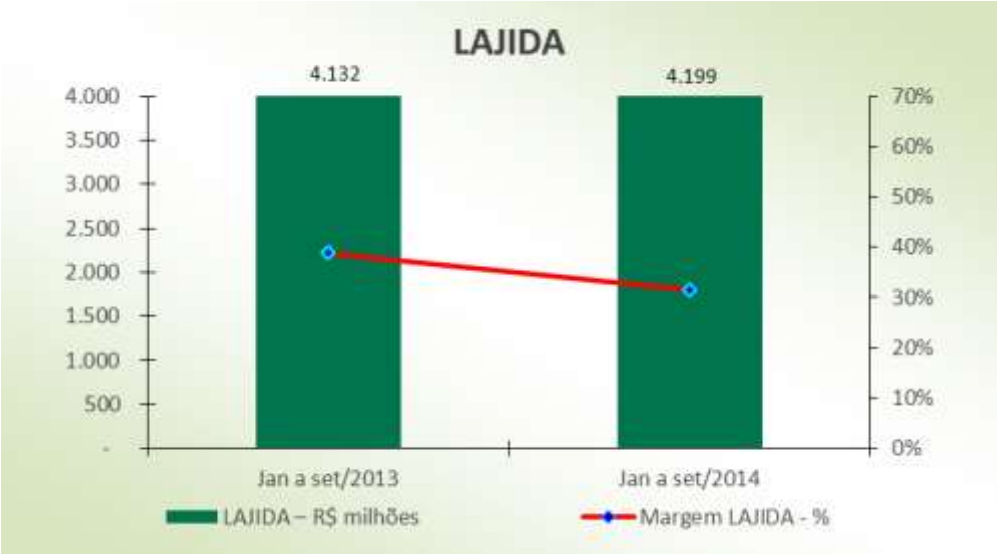
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no período de janeiro a setembro de 2014, um resultado de R$2.020.019, em comparação ao resultado de R$2.271.426 no mesmo período de 2013, uma redução de 11,07%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 0,25% no período de janeiro a setembro de 2014 na comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R$ mil	30/09/2014	30/09/2013	Var. %
Resultado do Período	2.020.019	2.271.426	(11,07)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	1.002.860	852.212	17,68
+ Resultado Financeiro Líquido	588.161	434.437	35,38
+ Amortização	587.488	573.714	2,40
= LAJIDA	**4.198.528**	**4.131.789**	**1,62**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA consolidado no período de janeiro a setembro de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013, deve-se, basicamente, ao aumento de 25,02% na receita, compensado, parcialmente, pelo aumento de 24,98% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA passou de 38,75%, no período de janeiro a setembro de 2013, para 31,50%, no período de janeiro a setembro de 2014.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R$12.392.935 no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação a R$10.850.831 no mesmo período de 2013, representado um aumento de 14,21%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R$10.955.231 no período de janeiro a setembro de 2014 comparada a R$9.298.101 no mesmo período de 2013, representado um aumento de 17,82%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 9,46% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- revisão tarifária da Cemig Distribuição com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013 (efeito integral em 2014);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a setembro de 2014, comparativamente às do mesmo período de 2013:

Consumo por Classe	MWh (1)		
	30/09/2014	30/09/2013	Var %
Residencial	7.457.446	7.039.710	5,93
Industrial	19.324.882	17.186.013	12,45
Comércio, Serviços e Outros	4.717.548	4.468.740	5,57
Rural	2.536.460	2.245.794	12,94
Poder Público	653.516	636.012	2,75
Iluminação Pública	966.373	947.598	1,98
Serviço Público	956.732	925.918	3,33
Subtotal	**36.612.957**	**33.449.785**	**9,46**
Consumo Próprio	27.666	25.724	7,55
	36.640.623	**33.475.509**	**9,46**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	10.139.031	11.692.287	(13,28)
Total	**46.779.654**	**45.167.796**	**3,57**

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

O mercado residencial, industrial, comercial e rural apresentaram, no período de janeiro a setembro de 2014, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de 5,93% para a classe residencial principalmente pela incorporação de 254.581 consumidores, com expansão de 4,1% da base de faturamento da classe, além das alterações nas condições climáticas, cujas temperaturas no inicio do ano de 2014 foram mais elevadas que as observadas em 2013. Em função desses fatores, ocorreu um aumento de 2,3% no consumo médio mensal por consumidor, atingindo 130,8 kWh/mês que é o maior valor desde o período de janeiro a setembro de 2002;

- crescimento de 12,45% para o mercado industrial, principalmente, pelo aumento do volume de energia faturada pela Cemig GT para os clientes livres, associado ao aumento de 7,90% no preço médio/MWh praticado;

- crescimento de 5,57% para o mercado comercial, principalmente, pelo aumento de 2,3% na quantidade de consumidores e pelas condições climáticas, com temperaturas mais elevadas no período de janeiro a setembro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013; e

- crescimento de 12,94% para o mercado rural em função basicamente do aumento na atividade de irrigação, considerando que o nível de precipitação pluviométrica foi abaixo da média histórica esperada para o período e a ocorrência de temperaturas mais elevadas.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No período de janeiro a setembro de 2014, a receita foi de R$629.957 comparada a R$776.962 do mesmo período de 2013, o que representou uma redução de 18,92%.

Essa variação decorre basicamente de: (a) desaquecimento das atividades do setor industrial no período cujo impacto foi uma redução de 8,89% no volume de energia transportada; (b) impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2013 com redução de 33,22% e novo impacto percebido no reajuste de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79%.

Receita de Transmissão e Receita de Indenização da Transmissão

A receita de transmissão foi de R$405.576 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R$322.224 no mesmo período de 2013, apresentando um aumento de 25,87%.

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R$63.315 , referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado, considerando à adesão à Lei 12.783/13.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$2.278.073 no período de janeiro a setembro de 2014 comparada a R$853.414 no mesmo período de 2013, um aumento de 166,94%. Esta variação decorre de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associado à alta de 166,54% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R$676,16/MWh em 2014 e R$253,68/MWh em 2013).

Receita de Construção de Distribuição

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R$546.100, no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$616.958, do mesmo período de 2013, uma redução de 11,49%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 29,85% nos períodos comparados (R$957.299 no período de janeiro a setembro de 2014, em comparação a R$737.255 no mesmo período de 2013), decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de R$97.952 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);

- glosas, autorizadas pela CCEE, nas faturas de energia elétrica comprada proveniente de usinas termelétricas, decorrentes de geração inferior ao determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ocorridas no período de janeiro a setembro de 2014 no montante de R$117.737 comparados a R$35.301 no período de janeiro a setembro de 2013.

- aumento de R$45.013 na receita de aluguéis e arrendamentos em função de reajustes contratuais e assinaturas de novos contratos.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R$3.990.847 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$3.575.860 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 11,61%. Este resultado deve-se, principalmente, aos tributos calculados com base em percentual do faturamento, sendo que as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). No período de janeiro a setembro de 2013 os encargos referentes à CCC foram de R$25.487, referente exclusivamente ao mês de janeiro de 2013.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R$154.034, no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$100.035, do período de janeiro a setembro de 2013, representando aumento de 53,98%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos Adicionais Lei 12.111/09

No período de janeiro a setembro de 2014, a Companhia reconheceu uma redução de despesa no valor de R$5.655, a título de ressarcimento autorizado pela ANEEL em função de ajustes retroativos em relação aos valores recolhidos em 2013. No mesmo período de 2013, o valor registrado nessa rubrica é uma despesa de R$8.229.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R$9.753.252 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$7.907.432 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 23,34%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nos Custos e Despesas Operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$5.281.905 no período de janeiro a setembro de 2014, comparada a R$3.727.564 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 41,70%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Exposição involuntária em 2014 da Cemig Distribuição ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa com energia de curto prazo de R$982.082 em 2014 na comparação com R$219.694 em 2013;

- aumento de 47,36% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R$2.137.471 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$1.450.475 no mesmo período de 2013, decorrente, principalmente, dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas que foram despachadas, em sua totalidade, durante os nove meses de 2014 enquanto que, em 2013, aquelas de custos mais elevados, foram desligadas a patir do mês de julho;

- maior volume de compra de energia no ambiente livre no período de janeiro a setembro de 2014, uma variação de R$351.669, em função da maior atividade de comercialização pela Cemig GT, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;

- redução de 18,58% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R$610.958 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$750.369 no mesmo período de 2013. Essa variação decorre, dentre outros fatores, da redução de 29,04% na quantidade de energia comprada, sendo 4.677.140 MWh em 2014 comparados a 6.591.321 MWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real no período de janeiro a setembro de 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2014 foi de R$2,29, em comparação a R$2,12 do mesmo período de 2013, o que representou uma variação de 8,02%.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R$536.171 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$396.275 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 35,30%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R$898.898 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$996.521 no mesmo período de 2013, representando um decréscimo de 9,80%. Esta redução decorre, principalmente, do fato que em 2013 a despesa foi impactada de forma extraordinária pelos custos com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), no montante de R$109.576.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi uma despesa no montante de R$193.284 no período de janeiro a setembro de 2014, comparado a uma despesa de R$109.961 no mesmo período de 2013. Esta variação decorre basicamente de ajustes nos critérios de provisionamento, não sendo esperado para o acumulado do ano alterações significativas dos valores de PLR a serem provisionados na comparação de 2014 com 2013.

Custo de Construção de Infraestrutura

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R$594.111 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$697.654 do mesmo período de 2013, representando uma redução de 14,84%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Materiais

A despesa com materiais foi de R$252.738 no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação com R$96.370 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 162,26%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição em 2014, pela Cemig GT, de uma maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Provisões Operacionais

As principais variações nas provisões operacionais no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação ao mesmo período de 2013 são decorrentes de:

- Variação de R$39.450 na provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido, principalmente, à constituição de provisão relativa a contas a receber de consumidores livres, referentes a inclusão no passado de custos de CCC e CDE nas faturas de energia elétrica;

- Redução de 50,72% na provisão para contingências trabalhistas, que foi de R$51.995 de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$105.520 no mesmo período de 2013. Esta redução decorre da reversão de provisões trabalhistas de janeiro a setembro de 2014.

- Redução de R$32.103 na provisão para contingências regulatórias. Esta variação decorre, principalmente, da provisão, em 2013, de ação regulatória onde se discutia a mensuração de indicadores de qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, no montante de R$20.315. Esta ação foi liquidada em abril de 2014 após ter seu valor reduzido pela ANEEL para R$6.066 em fevereiro de 2014.

- Variação de R$23.333 nas provisões de contingências cíveis, pois de janeiro a setembro de 2013 houve uma maior reversão de provisões relativas a processos discutindo relações de consumo, em virtude, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia;

- R$8.156 decorrentes de mensuração dos efeitos da opção de venda assinada entre a Companhia e as entidades de previdência complementar em função da aquisição de participação indireta na MESA, conforme Nota Explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial foi positivo em R$33.873 no período de nove meses de janeiro a setembro de 2014 em comparação ao resultado positivo de R$599.688 apurado no mesmo período do exercício anterior.

Esse resultado decorre basicamente da perda apurada em 2014, no valor de R$348.315, referente ao resultado de equivalência patrimonial no investimento na usina de Santo Antônio através da MESA e SAAG, considerando os seguintes fatores:

- Despesa na CCEE em função da redução do GSF (Generation Scaling Factor – Fator de ajuste de geração), que implica em uma redução na energia assegurada das usinas do sistema interligado brasileiro, o que inclui a usina de Santo Antônio;

- FID - Fator de Indisponibilidade, que indica a exigência mínima de disponibilidade das máquinas da usina em um período de 60 meses. Deve ser ressaltado que a Madeira Energia está questionando judicialmente os critérios aplicados para determinação do FID da Usina de Santo Antônio.

- Provisão para perdas nos valores a receber do consórcio construtor da usina em função do atraso na entrada em operação comercial das unidades geradores em relação ao cronograma previsto e corresponde à diferença entre o custo pela compra de energia em relação ao preço da tarifa de energia de venda de Santo Antônio. Essa Provisão para perdas decorre da nova expectativa dos valores a serem recebidos, ainda sendo objeto de tratativas entre a MESA e o Consórcio.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro no período de janeiro a setembro de 2014 foi uma Despesa Financeira Líquida de R$588.161, comparada uma Despesa Financeira Líquida de R$434.437 no mesmo período de 2013. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- aumento de 17,15% na renda de aplicação financeira, que foi de R$236.281 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$201.685 no mesmo período de 2013, decorrente, principalmente, da variação do CDI (7,83% em 2014 e 5,62% em 2013);

- aumento de 22,51% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R$630.357 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R$514.522 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre substancialmente do aumento da dívida em função da captação de R$1.210.000 pela Cemig D, em abril de 2014, indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 7,83% no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação a 5,62% no período de janeiro a setembro de 2013.

- aumento de 23,42% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R$190.207 no período de janeiro a setembro de 2014, comparados a R$154.110 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre do maior saldo de empréstimos vinculados à inflação no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação com o mesmo período de 2013 e também da maior variação do IPCA no período (4,61% no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação a 3,79% no período de janeiro a setembro de 2013).

Mais informações sobre a composição das Receitas e Despesas Financeiras estão disponíveis na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$1.002.860 em relação ao Resultado de R$3.022.879 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,18%. No período de janeiro a setembro de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$852.212 em relação ao Resultado de R$3.123.638, representando um percentual de 27,28%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS
TRIMESTRES DE 2014 E 2013

	Terceiro Trim/2014	Terceiro Trim/2013	Var. %
RECEITA	**3.831.889**	**3.545.896**	**8,07**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e Administradores	(299.013)	(290.789)	2,83
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(56.875)	(38.378)	48,20
Obrigações Pós-emprego	(52.979)	(41.957)	26,27
Materiais	(95.480)	(16.688)	472,15
Serviços de Terceiros	(238.616)	(211.046)	13,06
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.783.923)	(1.452.854)	22,79
Depreciação e Amortização	(202.964)	(186.589)	8,78
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(25.236)	(31.143)	(18,97)
Provisões Operacionais	(100.800)	(33.644)	199,61
Custo de Construção de Infraestrutura	(232.870)	(232.249)	0,27
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(201.945)	(142.183)	42,03
Outras Despesas Líquidas	(128.986)	(115.417)	11,76
	(3.419.687)	**(2.792.937)**	**22,44**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(102.074)	349.106	(129,34)
Lucros não realizados	-	1.203	(100,00)
Resultado antes do Resultado Financeiro	**310.128**	**1.102.065**	**(71,86)**
Receitas Financeiras	131.891	147.412	(10,53)
Despesas Financeiras	(344.932)	(266.727)	29,32
Resultado antes dos Impostos	**97.087**	**982.750**	**(90,12)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(129.272)	(240.700)	(46,29)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.241	46.791	30,88
Resultado do Período	**29.056**	**788.841**	**(96,32)**

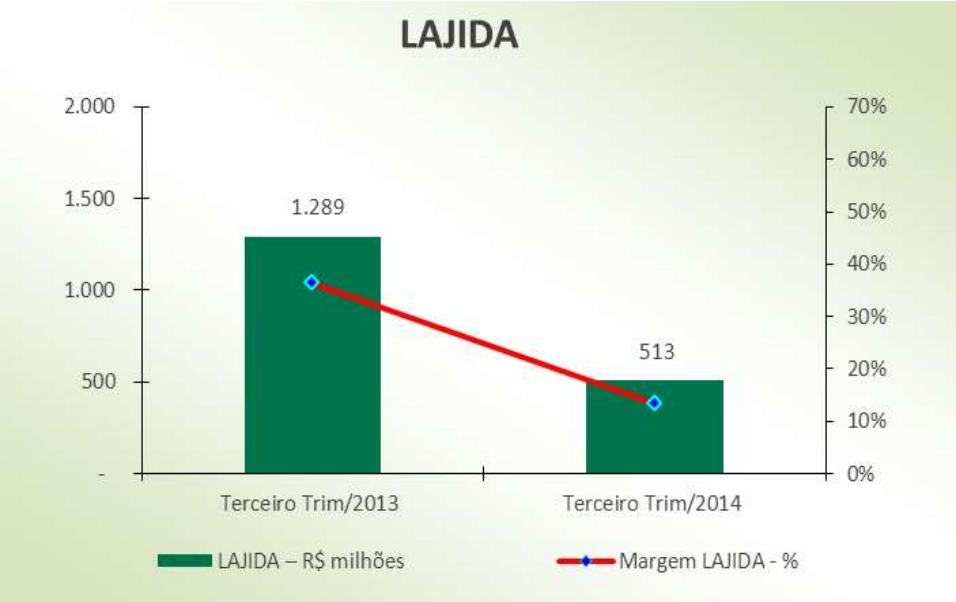
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no terceiro trimestre de 2014, um resultado de R$29.056, em comparação ao resultado de R$788.841, no terceiro trimestre de 2013, uma redução de 96,32%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 60,18% no terceiro trimestre de 2014 na comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R$ mil	Terceiro Trim/2014	Terceiro Trim/2013	Var. %
Resultado do Período	29.056	788.841	(96,32)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	68.031	193.909	(64,92)
+ Resultado Financeiro Líquido	213.041	119.315	78,55
+ Amortização	202.964	186.589	8,78
= LAJIDA	**513.092**	**1.288.654**	**(60,18)**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA consolidado no terceiro trimestre de 2014, em comparação ao terceiro trimestre de 2013, deve-se, basicamente, à queda de 129,34% no resultado da equivalência patrimonial, decorrente do resultado negativo da investida Madeira, associada ao crescimento de 23,42% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). A margem do LAJIDA passou de 36,34%, no terceiro trimestre de 2013, para 13,39%, no terceiro trimestre de 2014.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R$4.290.605, no terceiro trimestre de 2014, em comparação a R$3.850.195, no terceiro trimestre de 2013, representando um aumento de 11,44%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R$3.772.117 no terceiro trimestre de 2014, comparada a R$3.216.977 no mesmo período de 2013, representado um aumento de 17,26%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 7,70% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no terceiro trimestre de 2014, comparativamente às do mesmo período de 2013:

Consumo por Classe	MWh (1)		
	Terceiro Trim/2014	Terceiro Trim/2013	Var %
Residencial	2.430.126	2.343.749	3,69
Industrial	6.689.014	6.002.381	11,44
Comércio, Serviços e Outros	1.478.982	1.436.847	2,93
Rural	947.761	910.719	4,07
Poder Público	208.582	209.886	(0,62)
Iluminação Pública	323.305	317.629	1,79
Serviço Público	348.829	316.123	10,35
Subtotal	**12.426.599**	**11.537.334**	**7,71**
Consumo Próprio	8.611	8.338	3,27
	12.435.210	**11.545.672**	**7,70**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.031.021	4.032.768	(24,84)
Total	**15.466.231**	**15.578.440**	**(0,72)**

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

O mercado industrial e rural apresentaram, no terceiro trimestre de 2014, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de 11,44% para o mercado industrial, principalmente, pelo aumento do volume de energia faturada pela Cemig GT para os clientes livres, associado ao aumento de 7,47% no preço médio/MWh praticado;

- crescimento de 4,1% para o mercado rural, em função basicamente do aumento na atividade de irrigação, considerando o nível de precipitação pluviométrica ter sido abaixo da média histórica esperada para o período e a ocorrência de temperaturas mais elevadas.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R$10.789 no terceiro trimestre de 2014 comparada a R$13.026 no mesmo período de 2013, uma redução de 17,17%. Esta queda é decorrente, principalmente, de uma menor disponibilidade de energia para liquidação na CCEE em função da estratégia de sazonalização que concentrou maior volume de energia para comercialização no primeiro semestre de 2014.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 5,54% nos períodos comparados (R$306.956 no terceiro trimestre de 2014, em comparação a R$290.850 no mesmo período de 2013), decorrente, principalmente, do aumento de R$19.813 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R$1.344.200 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R$1.162.559 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 15,62%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R$57.482, no terceiro trimestre de 2014, comparados a R$34.292, do terceiro trimestre de 2013, representando aumento de 67,63%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes são calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R$3.419.687 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R$2.792.937 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 22,44%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nos Custos e Despesas Operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$1.783.923 no terceiro trimestre de 2014, comparada a R$1.452.854 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 22,79%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior volume de energia comprada no ambiente livre no terceiro trimestre de 2014, uma variação de R$70.657, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;

- aumento de 88,84% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R$920.856 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R$487.633 no mesmo período de 2013, decorrente, principalmente, dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas que foram despachadas, em sua totalidade, no terceiro trimestre de 2014 enquanto que, em 2013, aquelas de custos mais elevados, foram desligadas a patir do mês de julho;

- redução de 23,60% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R$208.304 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R$272.637 no mesmo período de 2013, em decorrência, dentre outros fatores, da redução de 29,57% na quantidade de energia comprada sendo 1.579.072 MWh no terceiro trimestre de 2014 comparados a 2.241.978 MWh no mesmo período de 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real no terceiro trimestre de 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior . O Dólar médio relativo às faturas no terceiro trimestre de 2014 foi de R$2,3156, em comparação a R$2,2961 do mesmo período de 2013, o que representou uma variação de 0,85%;

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R$201.945 no terceiro trimestre de 2014, comparados a R$142.183 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 42,03%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Materiais

A despesa com materiais foi de R$95.480 no terceiro trimestre de 2014, em comparação com R$16.688 no mesmo período de 2013. Este resultado decorre da necessidade de aquisição em 2014, pela Cemig GT, de uma maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R$100.800, no terceiro trimestre de 2014, comparados a uma despesa de R$33.644 do mesmo período de 2013.

Os principais efeitos são decorrentes de:

- Variação de R$25.426 na provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido, principalmente, à constituição de provisão relativa a contas a receber de consumidores livres, referentes a inclusão no passado de custos de CCC e CDE nas faturas de energia elétrica;

- Variação de R$31.283 nas provisões de contingências cíveis, pois no terceiro trimestre de 2013 houve uma maior reversão de provisões relativas a processos discutindo relações de consumo, em virtude, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia;

- R$8.156 decorrentes de mensuração dos efeitos da opção de venda assinada entre a Companhia e as entidades de previdência complementar em função da aquisição de participação indireta na MESA, conforme Nota Explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial foi negativo em R$102.074 no terceiro trimestre de 2014, em comparação ao resultado positivo de R$349.106 apurado no mesmo período de 2013.

Esse resultado decorre basicamente da perda apurada no terceiro trimestre de 2014, no valor de R$328.929, referente ao resultado de equivalência patrimonial no investimento na usina de Santo Antônio através da MESA e SAAG, considerando os seguintes fatores:

- Despesa na CCEE em função da redução do GSF (Generation Scaling Factor – Fator de ajuste de geração), que implica em uma redução na energia assegurada das usinas do sistema interligado brasileiro, o que inclui a usina de Santo Antônio;

- FID - Fator de Indisponibilidade, que indica a exigência mínima de disponibilidade das máquinas da usina em um período de 60 meses. Deve ser ressaltado que a Madeira Energia está questionando judicialmente os critérios aplicados para determinação do FID da Usina de Santo Antônio.

- Provisão para perdas nos valores a receber do consórcio construtor da usina em função do atraso na entrada em operação comercial das unidades geradores em relação ao cronograma previsto e corresponde à diferença entre o custo pela compra de energia em relação ao preço da tarifa de energia de venda de Santo Antônio. Essa Provisão para perdas decorre da nova expectativa dos valores a serem recebidos, ainda sendo objeto de tratativas entre a MESA e o Consórcio.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro no terceiro trimestre de 2014 foi uma Despesa Financeira Líquida de R$213.041, comparada uma Despesa Financeira Líquida de R$119.315 no mesmo período de 2013, em função principalmente dos seguintes fatores:

- atualização financeira negativa da Base Regulatória de Ativos da Cemig D, no montante de R$30.075, reconhecida no terceiro trimestre de 2014 em função da variação negativa de 0,68% do IGP-M no período (indexador da BRR);

- aumento de 44,21% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R$258.475 no terceiro trimestre de 2014 comparados a R$179.233 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre substancialmente do aumento da dívida em função da captação de R$1.210.000 pela Cemig D, em abril de 2014, indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 2,72% no terceiro trimestre de 2014 em comparação a 2,08% no terceiro trimestre de 2013.

A composição das Receitas e Despesas Financeiras é apresentada na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no terceiro trimestre de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$68.031 em relação ao Resultado de R$97.087 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 70,07%. No terceiro trimestre de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$193.909 em relação ao Resultado de R$982.750, representando um percentual de 19,73%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Ativos e Passivos Regulatórios

Em função da harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS) a partir de 2010, os ativos e passivos regulatórios passaram a não mais ser registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Da mesma forma, os valores referentes aos itens regulatórios somente são reconhecidos nos resultados do exercício a partir da sua inclusão efetiva na tarifa da Companhia.

O impacto dos ativos e passivos regulatórios caso estivessem sendo reconhecidos nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas da Companhia seriam conforme abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário	30/09/2014	31/12/2013
Ativo	843.713	1.392.698	2.236.411	1.307.970
Passivo	(622.133)	(851.905)	(1.474.038)	(963.869)
Equivalência Patrimonial Regulatórios			113.052	76.899
	221.580	**540.793**	**875.425**	**421.000**

	30/09/2014	31/12/2013
Ativos		
Despesas Antecipadas – CVA (1)	2.171.099	1.257.729
Redução Tarifa Uso Sistema Transmissão e Distribuição	-	26.096
Descontos concedidos a Irrigantes	-	4.913
Outros Ativos Regulatórios	65.312	19.232
	2.236.411	**1.307.970**
Equivalência Patrimonial dos Ativos e Passivos Regulatórios	113.052	76.899
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(294.605)	(128.556)
	2.054.858	**1.256.313**
Passivos		
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(1.471.500)	(950.346)
Outros Passivos Regulatórios	(2.538)	(13.523)
	(1.474.038)	**(963.869)**
	580.820	**292.444**

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA).

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

<u>Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais</u>

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	30/09/2014	30/09/2013
Resultado do Período	**2.020.019**	**2.271.426**
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	355.500	(322.395)
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	26.655	43.072
Equivalência Patrimonial dos Ativos e Passivos Regulatórios	36.153	2.458
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(129.933)	94.970
Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios	**2.308.394**	**2.089.531**

	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Resultado do Período	**29.056**	**788.841**
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	(19.463)	(112.466)
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	20.727	11.609
Equivalência Patrimonial dos Ativos e Passivos Regulatórios	(3.257)	(44.806)
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(430)	34.291
Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios	**26.633**	**677.469**

LAJIDA REGULATÓRIO – R$ milhões	30/09/2014	30/09/2013	Var %
Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios	**2.308.394**	**2.089.531**	**10,47**
+ Despesa de IR e Contribuição Social	1.132.793	757.242	49,59
+ Resultado Financeiro	561.506	391.365	43,47
+ Amortização	587.488	573.714	2,40
= LAJIDA	**4.590.181**	**3.811.852**	**20,42**

LAJIDA REGULATÓRIO – R$ milhões	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013	Var %
Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios	**26.633**	**677.469**	**(96,07)**
+ Despesa de IR e Contribuição Social	68.461	159.618	(57,11)
+ Resultado Financeiro	192.314	107.706	78,55
+ Amortização	202.964	186.589	8,78
= LAJIDA	**490.372**	**1.131.382**	**(56,66)**

Demonstrações Segregadas por Empresa (consolidação proporcional)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE SETEMBRO DE 2014																
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	GASMIG	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	**13.260.489**	**11.420.368**	**13.327.336**	**330.674**	**188.510**	**150.375**	**556.034**	**(7.299.363)**	**31.934.423**	**4.929.740**	**4.278.025**	**3.980.123**	**1.036.832**	**2.359.755**	**(6.491.886)**	**42.027.012**
Caixa e Equivalentes de Caixa	289.367	379.808	531.459	23.538	16.333	10.018	76.221	-	1.326.744	287.173	442.502	17.728	63.580	100.486	-	2.238.213
Contas a Receber	-	641.300	1.739.632	-	5.471	4.162	18.993	(28.762)	2.380.796	117.050	456.896	48.648	57.515	36.886	(9.077)	3.088.714
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	395.180	89.682	338.024	1.344	22.539	12.341	142.698	-	1.001.808	94.942	-	-	62.494	49.867	-	1.209.111
Tributos	497.174	209.355	1.569.763	27.952	558	102	1.951	-	2.306.855	314.322	325.624	28.105	57.166	7.263	-	3.039.335
Outros Ativos	867.201	322.985	1.975.064	23.059	3.913	105	34.927	(610.535)	2.616.719	67.560	500.607	210.391	155.101	126.760	(117.472)	3.559.666
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	11.211.567	9.777.238	7.173.394	254.781	139.696	123.647	281.244	(6.660.066)	22.301.501	4.048.693	2.552.396	3.675.251	640.976	2.038.493	(6.365.337)	28.891.973
PASSIVO	**13.260.489**	**11.420.368**	**13.327.336**	**330.674**	**188.510**	**150.375**	**556.034**	**(7.299.363)**	**31.934.423**	**4.929.740**	**4.278.025**	**3.980.123**	**1.036.832**	**2.359.755**	**(6.491.886)**	**42.027.012**
Fornecedores e suprimentos	6.340	320.462	1.187.398	16.674	10.760	7.637	15.439	(29.778)	1.534.932	22.620	325.259	328.469	38.836	20.915	(10.096)	2.260.935
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	-	5.659.563	6.043.712	26.257	-	-	76.191	-	11.805.723	2.102.239	2.243.516	2.310.719	234.396	596.082	-	19.292.675
Juros sobre capital próprio e Dividendos	46.282	530.000	-	-	30.013	18.794	20.205	(599.012)	46.282	172	118.528	-	1.094	52.048	(171.842)	46.282
Obrigações Pós-Emprego	129.890	576.301	1.835.544	-	-	-	-	-	2.541.735	-	90	-	-	-	-	2.541.825
Tributos	20.637	488.292	1.164.503	9.483	39.065	1.250	35.698	-	1.758.928	755.354	243.647	59.212	64.663	20.858	-	2.902.662
Outros Passivos	154.176	365.151	766.916	49.987	715	712	16.515	(10.513)	1.343.659	52.203	279.100	188.576	150.185	(8.067)	73.813	2.079.469
Patrimônio Líquido	12.903.164	3.480.599	2.329.263	228.273	107.957	121.982	391.986	(6.660.060)	12.903.164	1.997.152	1.067.885	1.093.147	547.658	1.677.919	(6.383.761)	12.903.164
															-	
RESULTADO															-	
Receita Operacional Líquida	**241**	**5.707.912**	**7.437.914**	**86.779**	**42.762**	**33.988**	**245.620**	**(224.797)**	**13.330.419**	**644.335**	**1.926.115**	**200.487**	**583.060**	**168.507**	**(148.653)**	**16.704.270**
Custos e Despesas Operacionais	**(86.070)**	**(2.581.600)**	**(7.070.999)**	**(73.470)**	**(28.914)**	**(30.843)**	**(99.119)**	**217.763**	**(9.753.252)**	**(89.919)**	**(1.738.630)**	**(469.931)**	**(513.557)**	**(125.486)**	**111.491**	**(12.579.284)**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.277.766)	(4.017.276)	-	(19.511)	(20.654)	(58.936)	112.238	(5.281.905)	-	(1.168.832)	(344.236)	-	(17.095)	99.196	(6.712.872)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(200.542)	(414.671)	-	-	(2.083)	(4.183)	85.308	(536.171)	-	-	(40.165)	-	(3.841)	34.781	(545.396)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	(468.783)	-	-	(468.783)
Custo de construção	-	(48.011)	(546.100)	-	-	-	-	-	(594.111)	(18.167)	(206.098)	-	-	(6.291)	-	(824.667)
Pessoal	(27.860)	(221.309)	(634.019)	(9.672)	(994)	(1.058)	(3.986)	-	(898.898)	(29.959)	(75.820)	(5.709)	(11.703)	(32.728)	-	(1.054.817)
Participações dos Empregados no Resultado	(12.372)	(43.091)	(136.473)	(1.071)	(155)	(122)	-	-	(193.284)	(3.907)	-	(1.294)	-	(142)	-	(198.627)
Obrigações Pós-Emprego	(8.301)	(36.117)	(114.519)	-	-	-	-	-	(158.937)	-	-	-	-	-	-	(158.937)
Materiais	(88)	(214.801)	(36.909)	(55)	(376)	(245)	(264)	-	(252.738)	(18.839)	(6.155)	(676)	(940)	(241)	-	(279.589)
Serviços de Terceiros	(12.255)	(108.977)	(529.559)	(16.857)	(2.567)	(2.019)	(15.800)	24.730	(663.304)	(11.444)	(104.287)	(7.255)	(3.306)	(21.283)	694	(810.185)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(91.452)	-	-	(1.018)	(815)	(1.575)	-	(94.860)	-	-	(3.382)	-	(543)	-	(98.785)
Depreciação e Amortização	(383)	(218.363)	(318.011)	(25.873)	(4.118)	(3.287)	(13.309)	(4.144)	(587.488)	(862)	(99.488)	(36.677)	(15.765)	(35.268)	(17.391)	(792.939)
Provisões Operacionais	(6.318)	(31.438)	(109.815)	(47)	-	(5)	-	-	(147.623)	762	(42.214)	-	-	(1.615)	-	(190.690)
Outras Despesas Líquidas	(18.493)	(89.733)	(213.647)	(19.895)	(175)	(555)	(1.066)	(369)	(343.933)	(7.503)	(35.736)	(30.537)	(13.060)	(6.439)	(5.789)	(442.997)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	**(85.829)**	**3.126.312**	**366.915**	**13.309**	**13.848**	**3.145**	**146.501**	**(7.034)**	**3.577.167**	**554.416**	**187.485**	**(269.444)**	**69.503**	**43.021**	**(37.162)**	**4.124.986**
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.042.189	(327.284)	-	(19.738)	-	-	2.731	(1.664.025)	33.873	676	(2.351)	-	-	38.965	(68.801)	2.362
Receita Financeira	51.745	118.241	227.240	3.899	2.511	1.332	17.215	-	422.183	71.863	81.257	3.380	22.558	11.369	-	612.610
Despesa Financeira	(4.125)	(429.117)	(566.521)	(2.302)	(327)	(52)	(7.900)	-	(1.010.344)	(222.928)	(194.215)	(75.817)	(17.854)	(31.930)	-	(1.553.088)
Resultado antes do IR e CSLL	**2.003.980**	**2.488.152**	**27.634**	**(4.832)**	**16.032**	**4.425**	**158.547**	**(1.671.059)**	**3.022.879**	**404.027**	**72.176**	**(341.881)**	**74.207**	**61.425**	**(105.963)**	**3.186.870**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(962.467)	(192.567)	(5.458)	(6.274)	(1.525)	(41.065)	-	(1.209.356)	(72.125)	(30.418)	(4)	(25.165)	(6.484)	-	(1.343.552)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.039	16.902	171.338	779	855	(44)	627	-	206.496	(33.062)	4.603	812	-	(2.148)	-	176.701
Resultado do Período	**2.020.019**	**1.542.587**	**6.405**	**(9.511)**	**10.613**	**2.856**	**118.109**	**(1.671.059)**	**2.020.019**	**298.840**	**46.361**	**(341.073)**	**49.042**	**52.793**	**(105.963)**	**2.020.019**

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30/09/2014, reuniu-se 23 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 30 de abril de 2014, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2016.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R$ 16.738 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2015.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R$16.738 mil.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 30/09/2014 foram realizadas 38 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2014, até o mês de setembro, foram realizadas 9 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: http://ri.cemig.com.br.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do "*Public Company Accounting Oversight Board*" - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os riscos estratégicos e de processos/operacionais. Objetivo é fornecer informações a alta administração para a tomada de decisões relativas à gestão dos riscos de maior relevância, preservando o valor da empresa.

Os riscos estratégicos são aqueles relacionados aos objetivos e à visão da Empresa, ou a decisões estratégicas que podem não alcançar o êxito planejado. Para estes riscos, existe uma matriz em que são identificados 17 riscos estratégicos, tais como: dificuldades na captação de recursos, renovação de concessão e contingências ambientais.

Já os riscos operacionais são aqueles que surgem no exercício das funções do negócio, ou seja, estão associados às pessoas, aos sistemas e aos processos de que sua operação depende. O caderno de riscos do último ciclo completo de revisão (2012) foi finalizado com 160 riscos operacionais mapeados, entre eles, ruptura de barragens, incertezas regulatórias sobre a comercialização de energia da geradora e não redução das perdas comerciais e técnicas em níveis determinados pelo órgão regulador.

No período entre 2012 e 2014, foram investidos cerca de R$ 2 milhões no aprimoramento do processo de Gestão de Riscos da Cemig, consistindo na revisão do modelo de gestão e na implantação de um novo sistema (módulo SAP GRC RM), elevando a transparência e a confiabilidade de todo o processo. A nova ferramenta permite, dentre outros:

- o gerenciamento de fluxo de agentes envolvidos na gestão de riscos, como o gestor do processo, a equipe de gestão de riscos corporativos, gerentes, superintendentes e diretores;
- a inserção de novos parâmetros no modelo de gerenciamento de risco passando a considerar, por exemplo: causas e consequências de um risco e atribui a ele distintos níveis hierárquicos da organização;
- a vinculação de um risco gerido em um nível operacional com um risco que está sendo avaliado pelo nível estratégico.

Atualmente está em andamento processo de revisão da matriz de riscos de processos da empresa, considerando as novas possibilidades abertas pela nova metodologia e ferramenta.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (http://ri.cemig.com.br), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17°/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/09/2014

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	79.001.657	9,43	79.058.360	6,28
Total Controlador	214.471.442	50,97	79.001.657	9,43	293.473.099	23,31
AGC Energia S/A (1)	138.700.848	32,96	42.671.763	5,09	181.372.611	14,41
FIA Dinâmica Energia S/A	34.518.510	8,20	9.262.652	1,11	43.781.162	3,48

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/09/2014

	30/09/2014	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	79.001.657
Conselho de Administração	103.600	132.658
Diretoria Executiva	9	1.280
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (*free float*)	206.189.588	758.380.702
TOTAL	**420.764.708**	**838.076.946**

Relações com Investidores

No ano de 2014, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; Expomoney, além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 18º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Uberlândia - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

As ações preferenciais ("CMIG4") e ordinárias ("CMIG3") da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN ("CIG") e ON ("CIG.C"), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais ("XCMIG") listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

    - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
    - relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 50%;
    - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Paraíba, 1122
20º e 21º andares
30130-141 - Belo Horizonte - MG
Brasil

Tel: +55 (31) 3269-7400
Fax: +55 (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board-IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às informações contábeis intermediárias, a controlada Cemig Distribuição S.A contabilizou nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, como redução do custo de energia comprada para revenda, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Renovação da Concessão da usina hidrelétrica de Jaguara

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguara ("UHE Jaguara") teve seu vencimento em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a Companhia obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ. A referida liminar assegura que a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. permanecerá no controle da UHE Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do mérito do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguara, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

© 2014 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias, com base no previsto na Lei 12.783/13, a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R$596.903 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG

© 2014 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.